

Relatório do Seminário de Meio Termo 2019

ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

ÁREA 35

 **CAPES**

Brasília, 2019

Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



Publicação que divulga os resultados preliminares da área de avaliação referentes ao Seminário de Meio Termo do quadriênio 2017-2020 realizado em 19 e 20 de agosto de 2019.

Sumário

I.	Considerações Gerais sobre o Seminário	4
II.	Dados Quantitativos e Qualitativos (Plataforma Sucupira- Anos base 2017 e 2018)	10
III.	Análise Geral e “Estado da Arte” da Área	53
IV.	Orientações e recomendações para os PPGs das áreas	63

Considerações Gerais sobre o Seminário

Panorama da área

O seminário de meio termo da área de Antropologia e Arqueologia foi realizado nos dias 19 e 20 de agosto de 2019, das 9:00 às 20:00, no dia 19/08, e das 8:30 até as 17:30 no dia 20/08. Contou com a presença de representantes institucionais de 36 dos 37 (trinta e sete) programas em funcionamento em agosto de 2019, que estão sob a área de avaliação de Antropologia e Arqueologia (Área 35) junto à DAV/CAPES¹.

A área está composta, neste momento, como detalhado nos quadros 1 e 2.

Quadro 1: Distribuição dos Programas de Pós-Graduação e Cursos em Antropologia e Arqueologia em janeiro de 2019

PROGRAMAS	Mestrado	Mestrado / Doutorado	Mestrado profissional	Total
Antropologia	11	18	1	30
Arqueologia	3	4	0	7
Total	14	22	1	37
CURSOS	Mestrado	Mestrado / Doutorado	Mestrado profissional	Total
Antropologia	30	19	1	50
Arqueologia	6	4	-	10
Total	36	22	1	60

Fonte: Plataforma Sucupira e Documento de área Antropologia e Arqueologia 2019

Quadro 2 – Distribuição regional e por nota de avaliação dos Programas de Pós-Graduação (Agosto/2019)

Região	UF	IES	Ano de início (M / D)	Natureza	Nota	
					M	D
Centro-Oeste	DF	UNB	1972 /1981	Acad.	7	7
	GO	UFG	2009/ 2015	Acad.	4	4

¹ Apenas o Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo não pôde se fazer presente.

Relatório do Seminário de Meio Termo

	MS	UFGD	2011	Acad.	3	-
	MS	UFMS	2017	Acad.	3*	-
	MT	UFMT	2014	Acad.	3	-
Região	UF	IES	Ano de início (M / D)	Natureza	Nota	
					M	D
Nordeste	PE	UFPE	1977 / 2001	Acad.	5	5
	MA	UEMA	2013	Acad.	3**	-
	CE	UFC/UNILAB	2017	Acad.	3	-
	RN	UFRN	2005 / 2015	Acad.	5	5
	BA	UFBA	2007 / 2007	Acad.	4	4
	BA	UFRB	2019	Acad.	N/A	-
	PI	FUFPI	2009	Acad.	3	-
	SE	FUFSE	2009	Acad.	3	-
	PB	UFPB/JP	2011 / 2019	Acad.	4	N/A
	AL	UFAL	2015	Acad.	3	-
	PE	UFPE - ARQ	2003 / 2003	Acad.	5	5
	PE	UPE	2018	Prof.	3*	-
	SE	FUFSE - ARQ	2011 / 2013	Acad.	4	4
	PI	FUFPI - ARQ	2012	Acad.	3	-
	PI	UNIVASF/PI	2019	Acad.	N/A	-
Região	UF	IES	Ano de início (M / D)	Natureza	Nota	
					M	D
Norte	AM	UFAM	2008 / 2010	Acad.	4	4
	PA	UFPA	2010 / 2010	Acad.	5	5
	PA	MPEG/MCTIC	2019	Acad.	N/A	-
	RR	UFRR	2016	Acad.	3*	-
Região	UF	IES	Ano de início (M / D)	Natureza	Nota	
					M	D
Sudeste	RJ	UFRJ	1968 / 1977	Acad.	7	7
	SP	UNICAMP	1971 / 2004	Acad.	5	5
	SP	USP	1972 / 1972	Acad.	6	6
	RJ	UFF	1994 / 2002	Acad.	5	5
	RJ	UFF***	2019	Acad.	N/A	N/A

	MG	UFMG	2006 / 2014	Acad.	4	4
	SP	UFSCAR	2007 / 2009	Acad.	5	5
	SP	USP - ARQ	1989 / 1989	Acad.	5	5
	RJ	UFRJ - ARQ	2006 / 2011	Acad.	4	4
Região	UF	IES	Ano de início (M / D)	Natureza	Nota	
					M	D
Sul	RS	UFRGS	1979 / 1991	Acad.	6	6
	SC	UFSC	1985 / 1999	Acad.	5	5
	PR	UFPR	1991 / 2014	Acad.	4	4
	RS	UFPEL	2012 / 2016	Acad.	4	4

Fonte: Plataforma Sucupira

N/A – Não avaliado: nomenclatura de acordo com a sistemática atual de avaliação de APCNs.

*Programas que receberam a nota 3 no ato de sua criação, segundo sistemática anterior de avaliação de APCNs, mas não passaram por um ciclo avaliativo completo

** Curso que migrou para a área de Antropologia e Arqueologia em 2018, mas não foi avaliado pela área.

*** Curso interdisciplinar na área de Antropologia e Arqueologia em Justiça e Segurança Pública

Composição da comissão

A comissão foi composta pelos coordenadores de área que assinam este relatório – Antonio Carlos de Souza Lima (Coordenador de área); Marcia Bezerra de Almeida (Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos) e Ana Paula Mendes de Miranda (Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais).

Etapa preparatória e metodologia

O seminário foi precedido de uma reunião preparatória realizada nos dias 5 e 6 de agosto de 2019 que contou com a presença da Prof^a Dr^a Lia Zanotta Machado (Professora Titular Aposentada do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília), durante a qual a comissão teve acesso ao SIAPG, através da apresentação feita por Fabiene Ferreira, da DAV/CAPEES, a quem a comissão reportou erros no sistema em relação às notas dos PPG.

Em dezembro de 2018, tão logo a presente ficha de avaliação foi cancelada pelo CTC-ES, a Coordenação de Área enviou-a ao Fórum de Coordenadores, que a discutiu e iniciou uma discussão sobre o conjunto de indicadores, com base no desempenho conhecido da área e em documentos orientadores anteriores, que dê conta da transição do modelo de avaliação proposto pela CAPES. O próximo passo preparatório foi o envio das fichas da última avaliação, bem como das diretrizes de autoavaliação, solicitando que cada programa organizasse internamente uma comissão provisória de autoavaliação e tentasse preencher fichas no modelo atual sobre seu desempenho no biênio. No caso dos cursos que ainda não passaram por um

ciclo avaliativo completo, essa seria uma primeira tentativa de utilizar o modelo vigente de avaliação. Para os iniciantes, nossa recomendação era pensarem nas fichas de APCN e refletirem sobre o planejamento futuro. Os resultados foram bastante irregulares, e sobretudo indicativos de um elemento fundamental: a pouca informação que a geração de docentes à frente de coordenações de PPGs tem da história da avaliação e do fomento do Sistema Nacional de Pós-Graduação, talvez uma consequência dos efeitos de uma profissionalização marcada pelo produtivismo bibliográfico, tal como exacerbadamente induzido pela própria CAPES, em que a tarefa docente principal foi largamente restrita a apresentar produtos registrados em seus cvs Lattes para fins de registro na CAPES, em detrimento de uma maior consciência e um maior comprometimento com o planejamento, o funcionamento e a manutenção de instituições. Julgamos que tal exercício, quando feito, deu aos PPGs a dimensão de empreendimento coletivo que necessariamente a pós-graduação implica, ao menos em Antropologia e Arqueologia.

Tão logo os dados dos painéis de indicadores foram liberados, extraímos os dados de desempenho de cada PPG no biênio e os remetemos, ao mesmo tempo em que buscamos suporte estatístico para tratar globalmente os dados preliminares que foram disponibilizados. É preciso chamar atenção para o quanto a área está atenta e sensível ao caráter limitado do que foi feito, tendo em vista que não temos avaliação nem de produtos bibliográficos em livros, nem de produtos técnicos, nem de audiovisuais que para a área são essenciais para se ter uma visão real da produção intelectual dos programas, bem como para o fato de que a “revisão do processo avaliativo” em curso, está atrasada na medida do calendário da possível avaliação de 2021, tudo sendo feito debaixo de um quadro de muita instabilidade administrativa e de idas e vindas em cortes de recursos que podem implicar em impactos importantes em tudo que está em curso.

É fundamental ter em mente que o material comparativo disponível para o quadriênio passado é bastante prejudicado por razões já sabidas. Tanto mais com a junção dos relatórios da avaliação com a etapa seguinte da reconsideração em que 48.89% dos programas foram reavaliados por solicitarem recursos. Apesar desta comissão ter pedido à DAV/CAPES a retirada do material da página da área, e dele ter sido retirado por um tempo, ele foi reinserido misturando os relatórios das duas etapas, o que ainda confunde mais quem neles tentar achar base comparativa. Sua reinserção, entendemos, serve a obscurecer a responsabilidade que a Diretoria de Avaliação passada teve em tal quadro crítico e em nada contribui para a seriedade do trabalho da DAV/CAPS ou da área em si.

Assim, eleger indicadores definitivos e passíveis de comparação com períodos avaliativos anteriores foi impossível. O seminário de meio termo propiciou exatamente a oportunidade de discutirmos os pontos que queremos, dentro das balizas da CAPES, da revisão do processo avaliativo em curso, e dos possíveis indicadores qualitativos a serem utilizados.

Programação

A programação proposta pela Coordenação de Área em diálogo com o Fórum de Coordenadores de PPGs de Antropologia e Arqueologia para o seminário foi a seguinte:

Dia 19/08

- 1) (9:00 - 9:30) Abertura pela DAV/CAPES – Diretora de Avaliação , Profª Drª Sonia Nair Bao;
- 2) (9:30) Início dos trabalhos - breve apresentação de cada participante;
- 3) (10:30 – 11:30) Apresentação dos objetivos do seminário e de seus resultados esperados pela DAV/CAPES, e pela coordenação de área:
 - 3.1. Balanço da situação atual do processo de do processo de revisão de avaliação quadri-
nal - qualitativo e quantitativo na linguagem da CAPES;
 - 3.2. Como se procedeu à qualificação de periódicos para a composição de um Qualis Refe-
rência provisório²;
 - 3.3. Necessidade de composição de outras comissões para elaboração, a partir dos documen-
tos cancelados, pelo Conselho Técnico Científico – Ensino Superior (CTC-ES) da CAPES, aos
parâmetros da área, para avaliação de livros; de produtos técnicos e tecnológicos e de audio-
visuais (produtos artísticos e eventos), já que são de fundamental importância na produção
da área;
 - 3.4. Reflexão e teste sobre a ficha de transição - importância da pontuação da proposta de
programa e destaque para o que se pretende ser o futuro da avaliação: planejamento estra-
tégico e autoavaliação;
 - 3.5. Ensaio de escolha de indicadores;
 - 3.6. Produção de um balanço geral da área a partir dos dados qualitativos e quantitativos da
área no período;
 - 3.7. O que a comissão planeja fazer (sugestões para preenchimento da Sucupira, para audita-
gem interna aos programas dos dados; sugestões de roteiros de análise de diversos aspectos
da ficha);
 - 3.8. Sugestões e recomendações a serem encaminhadas à DAV.
- 4) (11:30-13:00) Panorama mais geral da área a partir dos discussão dos painéis de indicado-
res disponibilizados pela DAV/CAPES e de dados disponibilizados a partir da Plataforma Sucu-
pira – discussão preliminar sobre os dados e suas limitações.

Almoço (12:30 – 13:30)

Tarde:

- 5) (14:00/14:30) Apresentação do SIAPG– Fabiene Ferreira (DAV/CAPES).
- 6) (14:00 – 16:00) Discussão da ficha, de seus itens e possíveis indicadores e resultados de sua
tentativa de aplicação:
 - 6.1. Detalhamento pela comissão da forma como retrabalhou as primeiras sugestões do Fó-
rum em 12/2018 na ficha que enviou;
 - 6.2. Necessidade de adaptação da ficha a programas profissionais;
 - 6.3. (16:00 – 17:00) Apresentação de posições consolidadas do Fórum diante da ficha reme-
tida pela comissão sobre:
 - 6.3.1. Possíveis indicadores para cada item;

² O fato de que tivemos a presença de toda a comissão de Qualis durante o seminário de meio termo foi para nós de fundamental importância, pois foi possível apresentar e discutir a necessidade de uma orientação de editores de ambas as subáreas para o final do período. Julgamos que estes esclarecimentos foram fundamentais.

6.3.2. Possíveis indicadores diferenciais entre Antropologia e Arqueologia: discussão de sugestões em grupos separados.

Dia 20/08

Manhã (8:30 – 12:30):

6) Continuação da discussão da ficha, de seus itens e possíveis indicadores e resultados de sua tentativa de aplicação:

6.4. Comentários sobre o exercício de tentativa de aplicação da ficha a cada programa;

6.5. Sugestões a serem encaminhadas para a DAV – preenchimento de formulário;

7) Discussão para definição dos critérios de excelência (6 e 7);

8) Situação dos cursos 3 e 4 à luz de cortes de recursos.

Almoço (12:30- 13:30):

Tarde: (13:30-17:00)

9) Sugestões de encaminhamentos para planejamento e autoavaliação;

10) Dinâmica do Fórum na composição das comissões em geral e o que isso significa para a coordenação;

11) Composição de comissões para: 2.1. análise de livros; 2.2. produtos audiovisuais; 2.3. produtos técnicos [já cancelados]; 2.4. impacto e relevância econômica e social; 2.5. inovação e transferência de conhecimentos) (ainda a serem fechados);

12) Esboço de linhas gerais para um panorama da área no momento;

13) Definição de possível agenda de visitas técnicas;

14) Considerações finais.

Ainda que não exatamente nessa ordem, todos os pontos foram abordados com ênfase para os problemas colocados pela ficha de caráter transicional que vigirá para o quadriênio, e nas dúvidas que ela suscita.

Dados Quantitativos e Qualitativos (Plataforma Sucupira- Anos base 2017 e 2018)

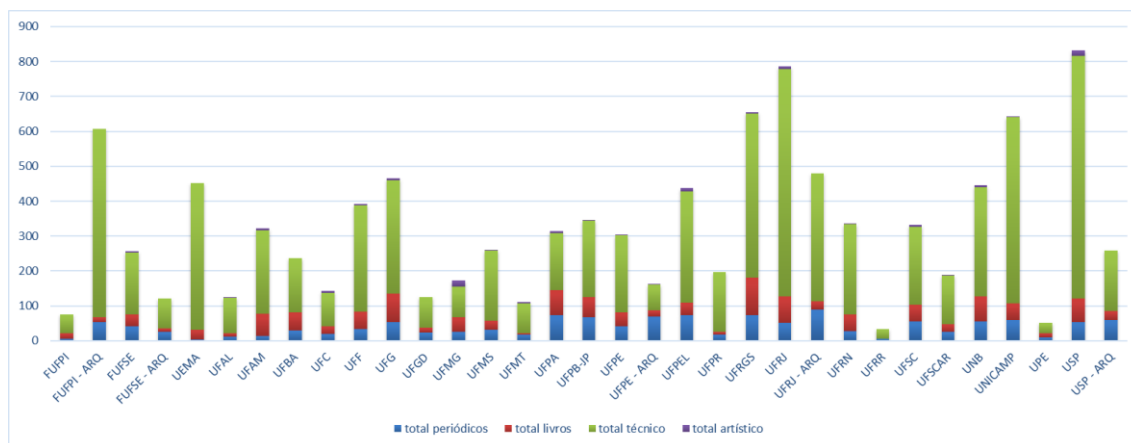
Dados preliminares e indicadores possíveis

Expomos a seguir os dados preliminares e os indicadores possíveis utilizados para leitura do disponibilizado seja pelo sistema de painéis de indicadores, seja pela planilha da área 35. O resultado dá-nos uma visão que permitiu a cada programa enxergar-se num possível ranqueamento da área no momento presente tendo os dados registrados na plataforma Sucupira referente aos anos base de 2017-2018. Considerando-se a inércia de um sistema como SNPG, e as temporalidades distintas de cada componente ou atividade, os cortes de recursos impostos desde 2015 para o presente parecem só começar a produzir efeitos no presente momento.

Produção total por segmento

Gráfico 1:

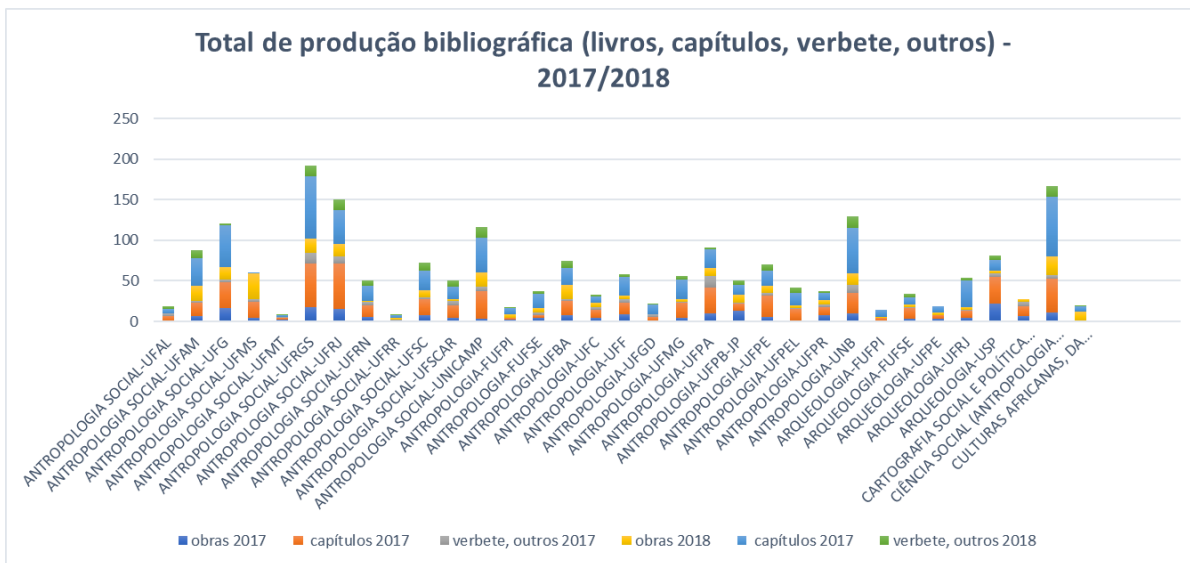
Total de produção dos docentes permanentes segundo universidade e programa nos anos de 2017-2018



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

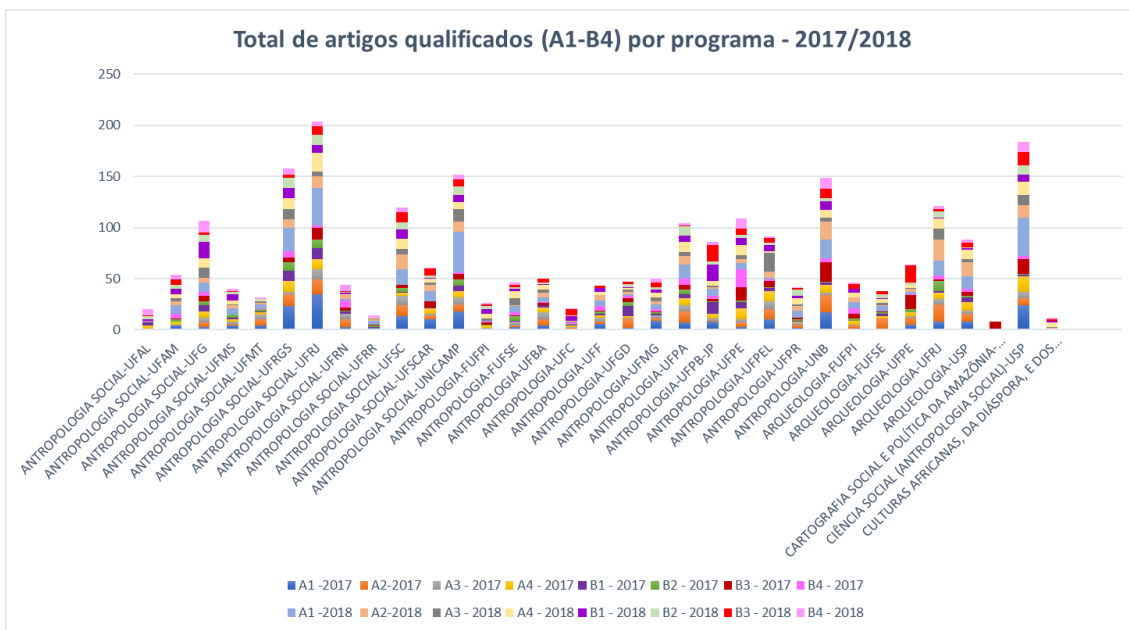
Produção por programa

Gráfico 4:



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

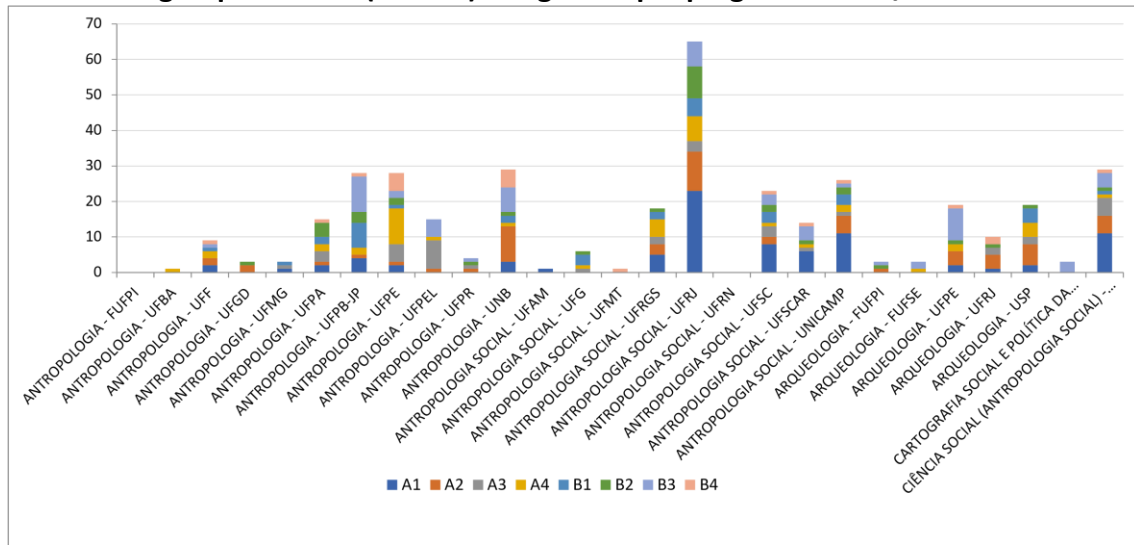
Gráfico 5:



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 8:

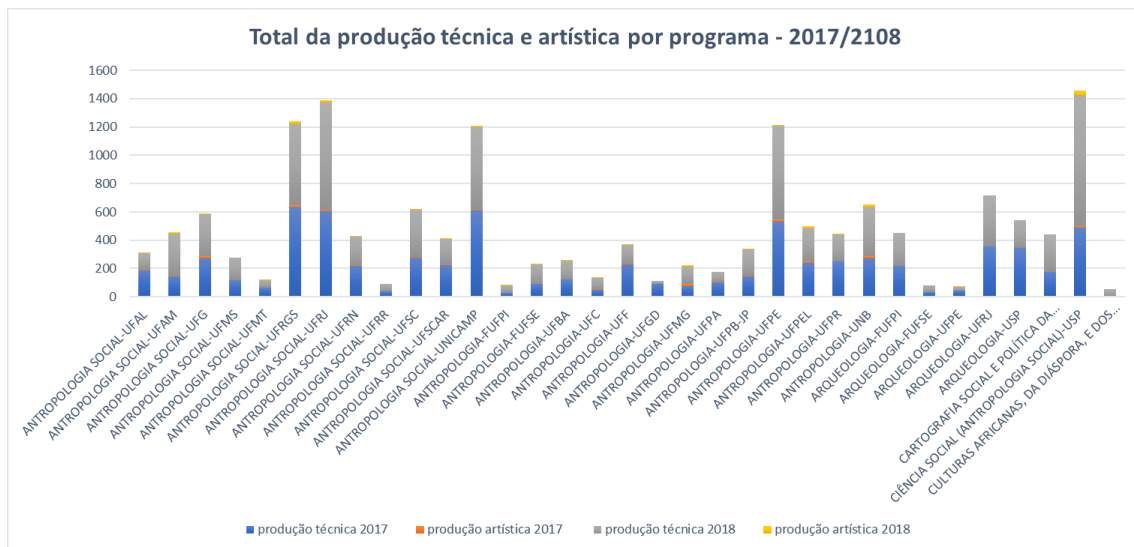
Total de artigos qualificados (A1 a B4) de egressos por programa - 2017/2018



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 9:

Total da produção técnica e artística por programa - 2017/2018



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 10:



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

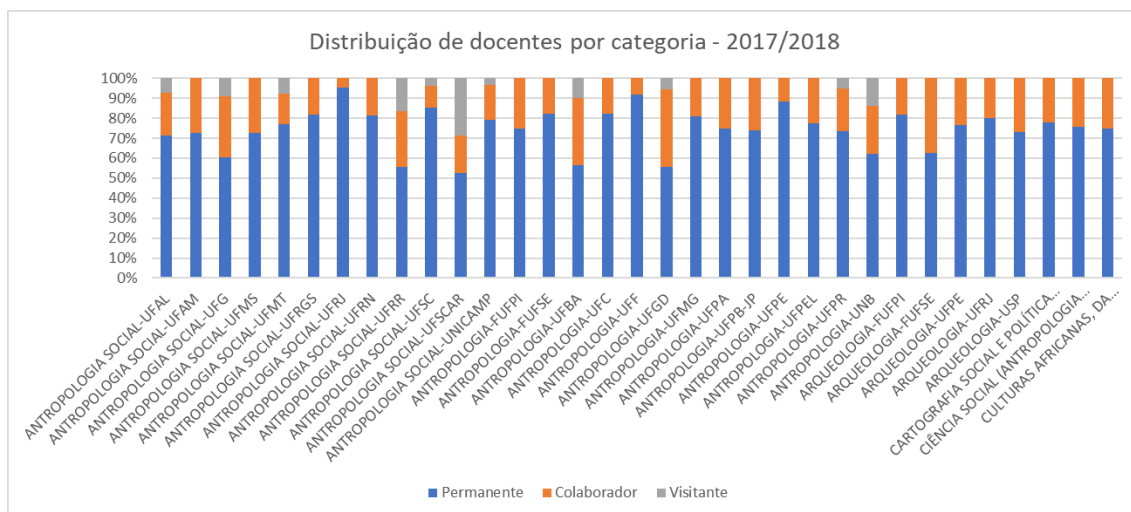
Gráfico 11:



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Produção por Docentes

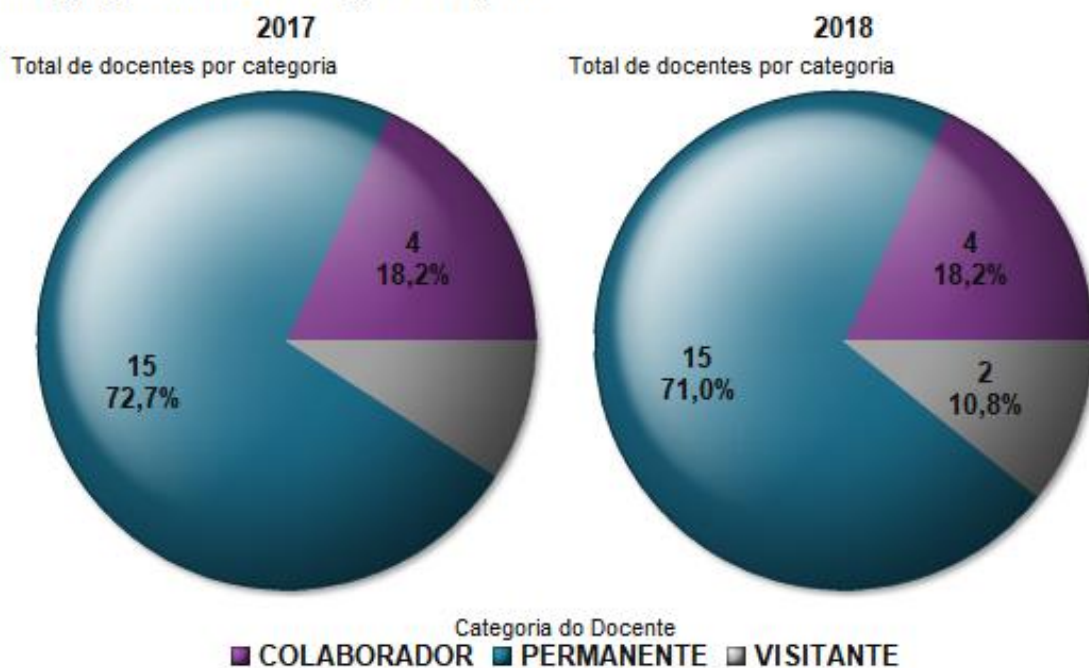
Gráfico 12:



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

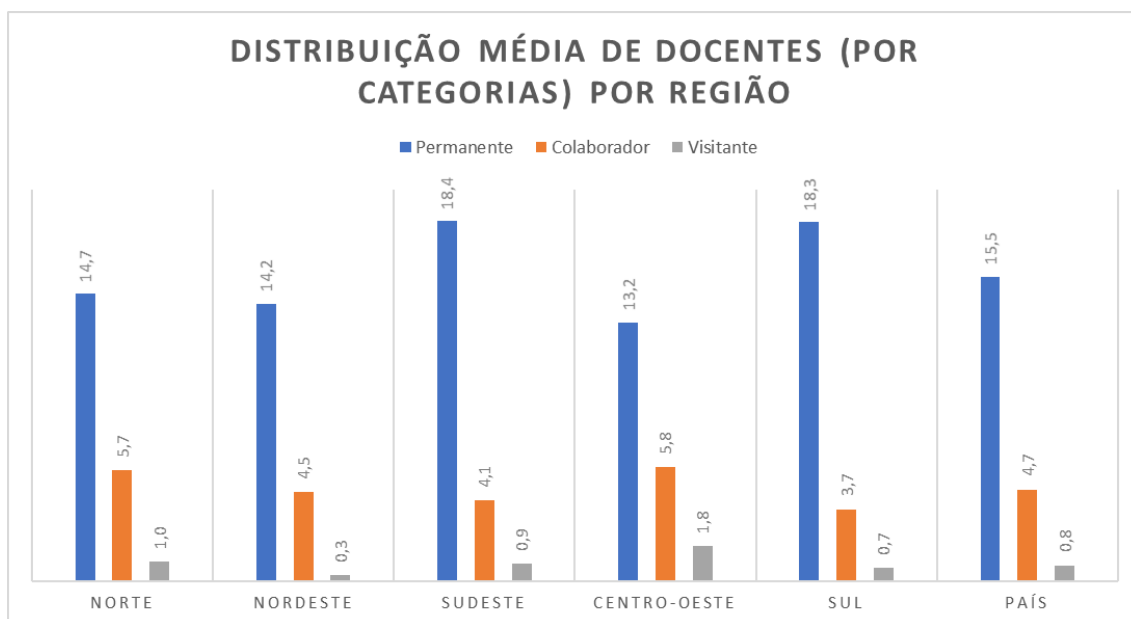
Gráfico 13:

Proporção de Docentes por Categoria



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 14:



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

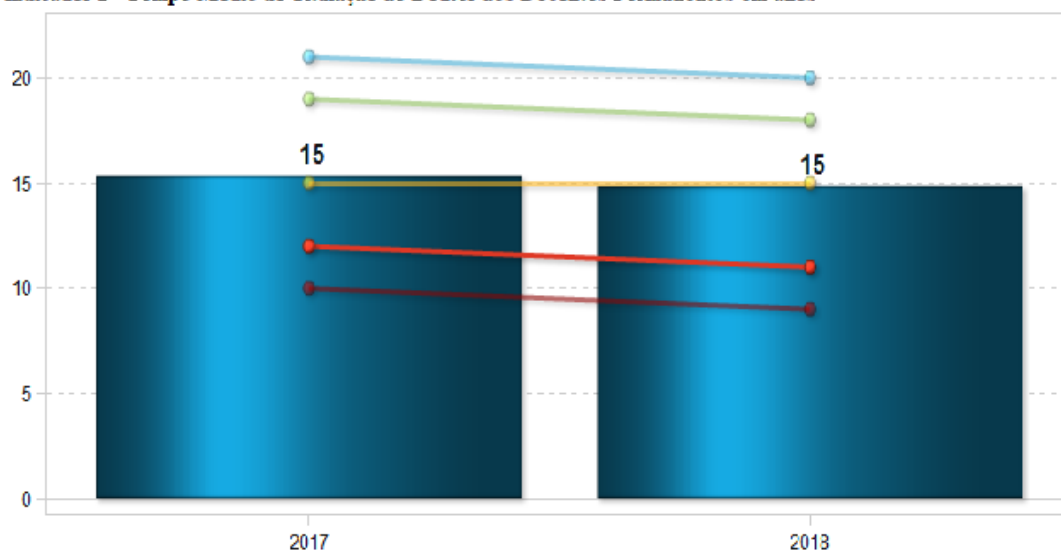
Gráfico 15:



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 16:

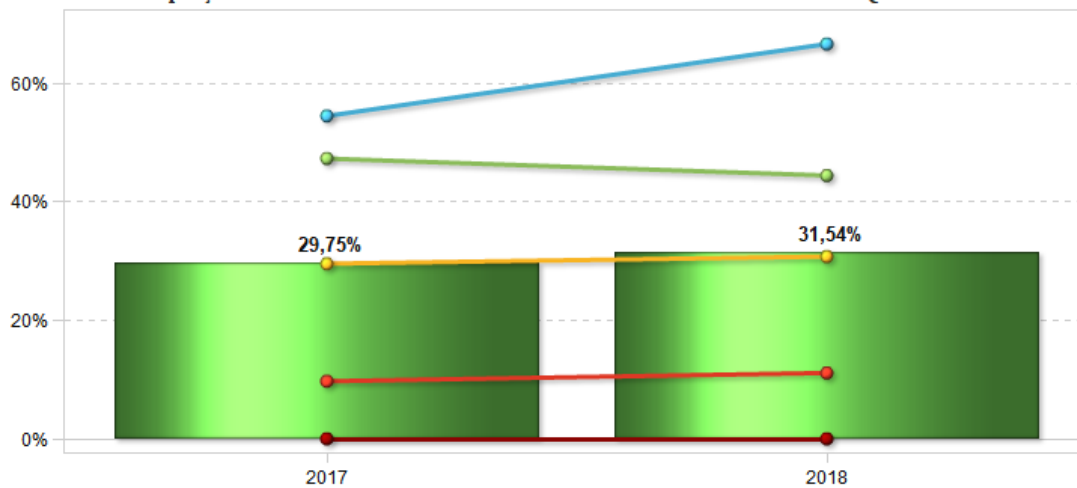
Indicador 1 - Tempo Médio de Titulação de Doutor dos Docentes Permanentes em anos



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

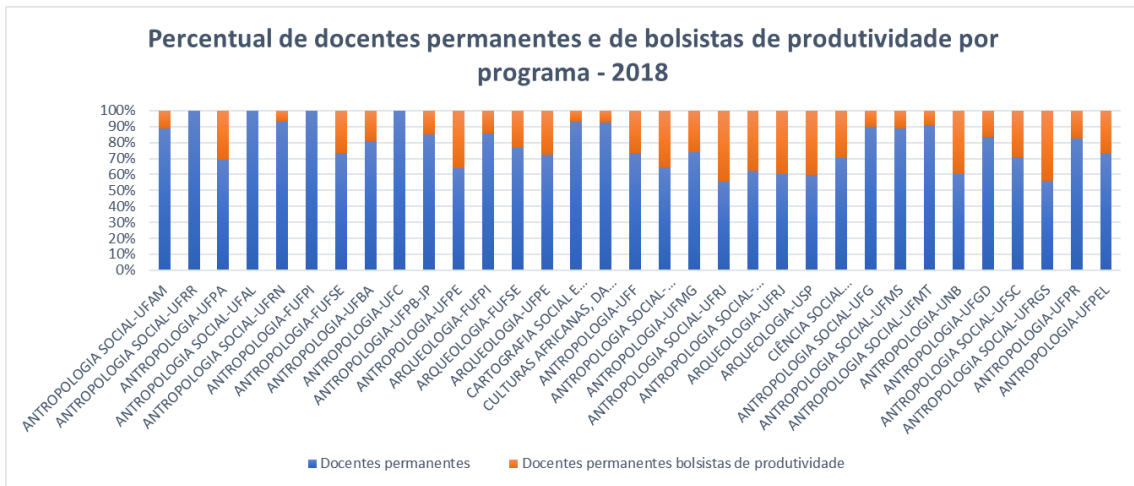
Gráfico 17:

Indicador 2 - Proporção de Docentes Permanentes Bolsistas de Produtividade do CNPQ



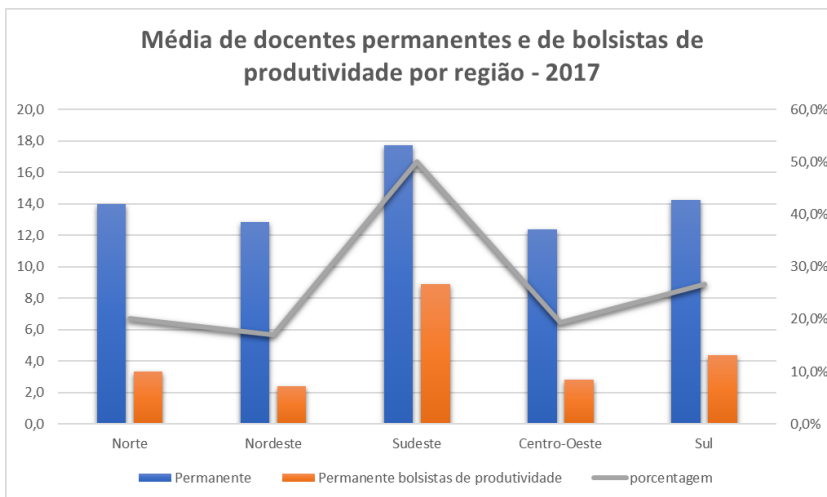
Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 18:



Fonte: analsevisual.capes.gov.br

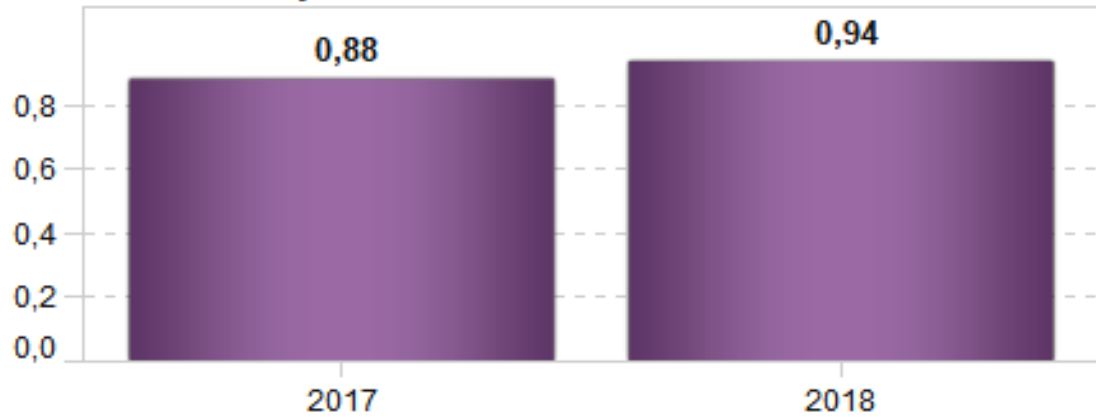
Gráfico 19:



Fonte: analsevisual.capes.gov.br

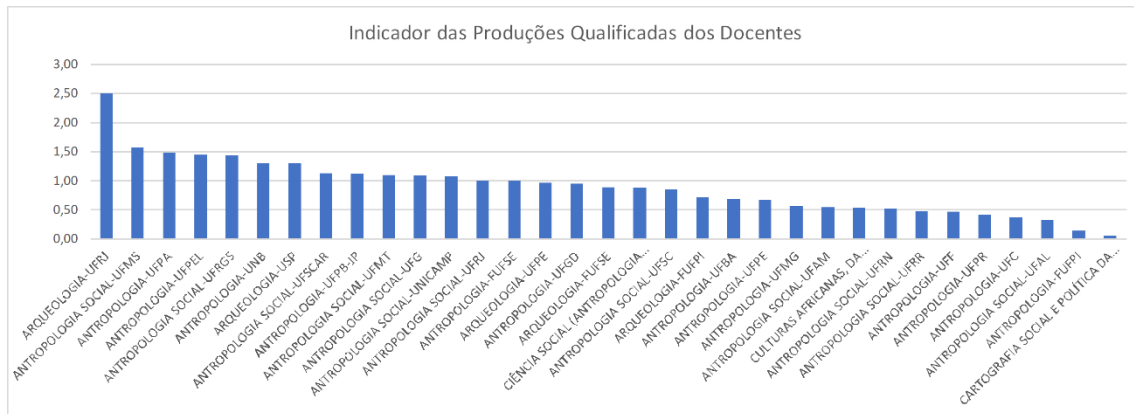
Gráfico 23:

Indicador das Produções Qualificadas dos Docentes



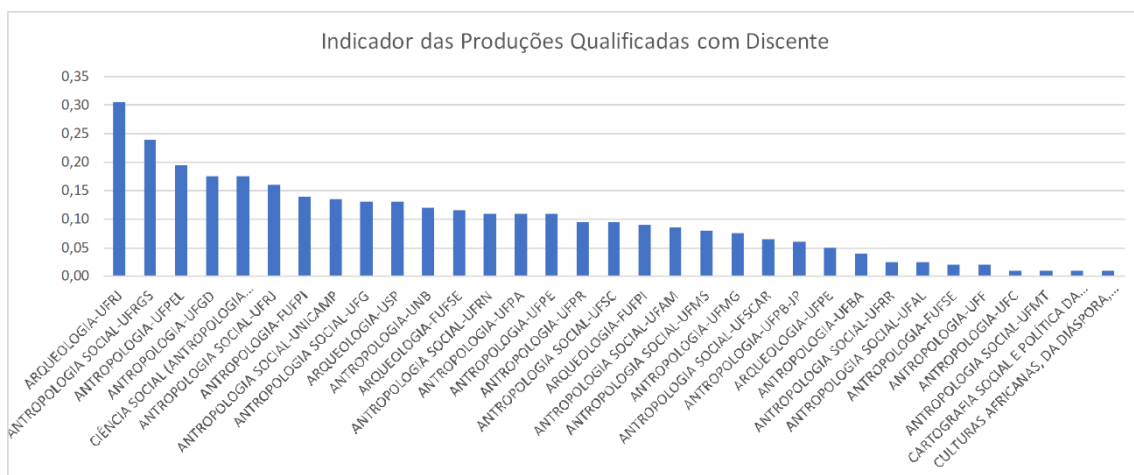
Fonte: analsevisual.capes.gov.br

Gráfico 24:



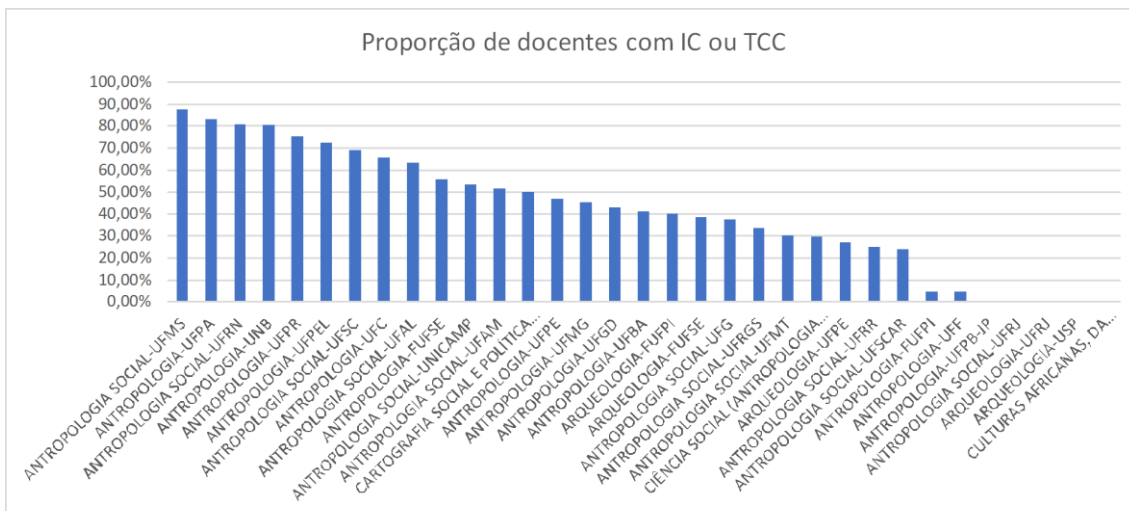
Fonte: analsevisual.capes.gov.br

Gráfico 25:



Fonte: analsevisual.capes.gov.br

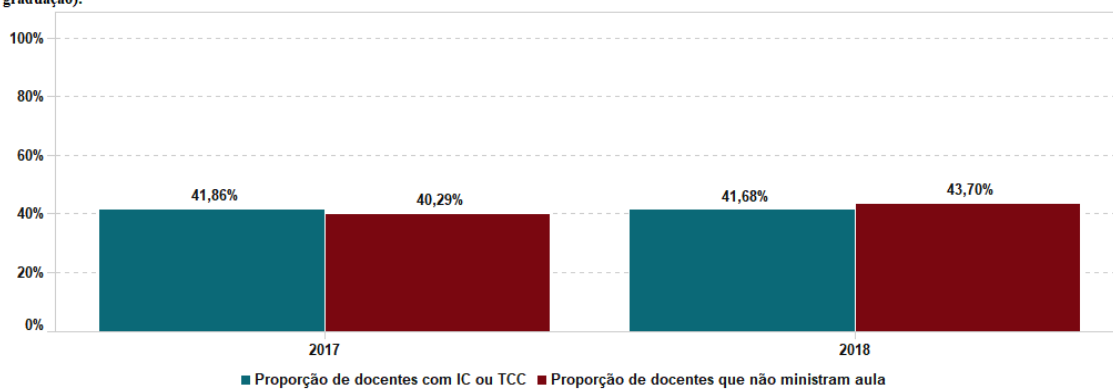
Gráfico 28:



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

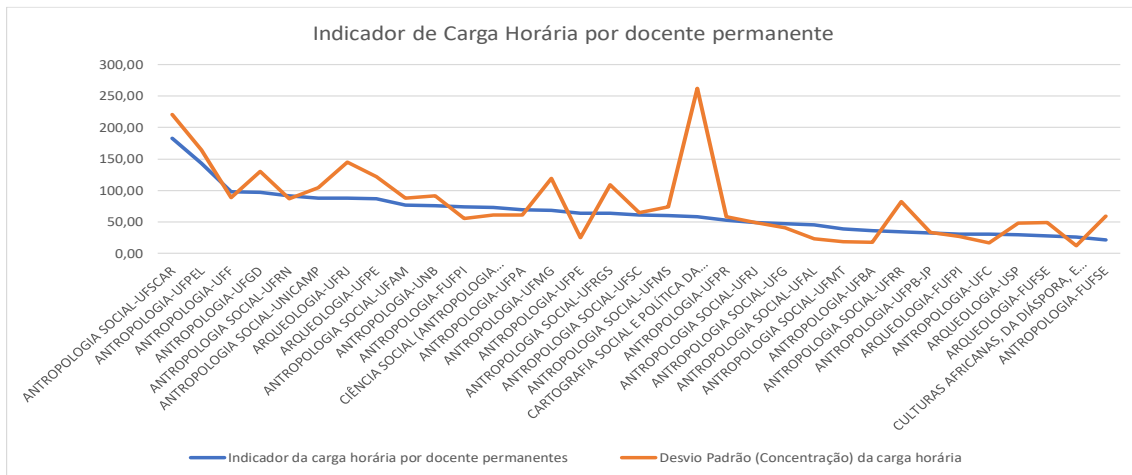
Gráfico 29:

Indicador 6 (Proporção de docentes permanentes com orientação em IC ou TCC) e Indicador 7 (Proporção de docentes permanentes que não ministram aula na graduação).



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 30:



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

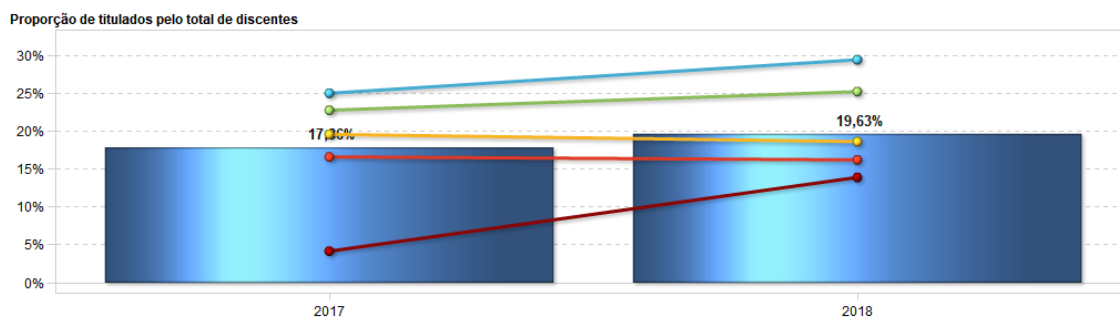
Gráfico 31:



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

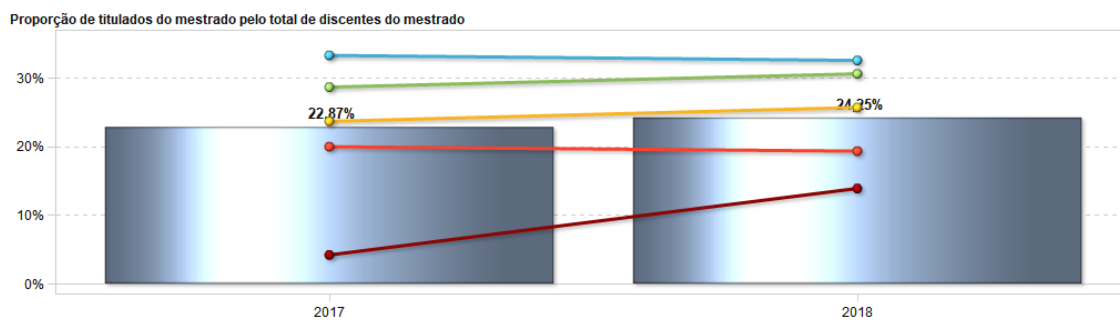
Produção por Discentes

Gráfico 32:



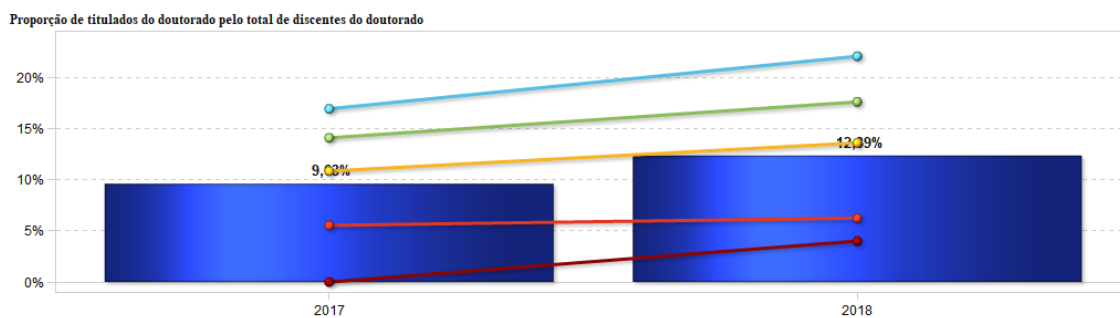
Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 33:



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

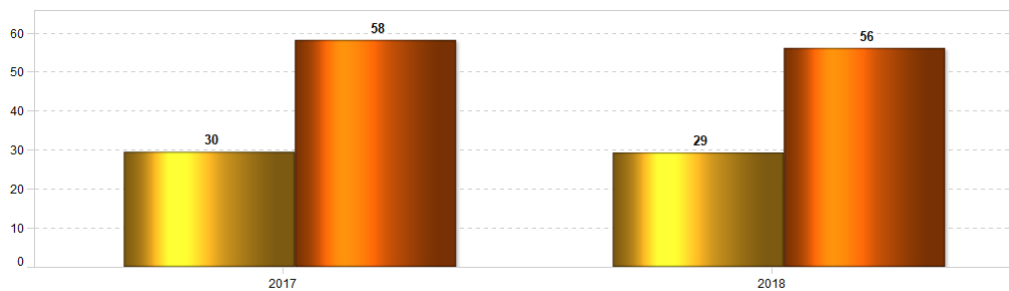
Gráfico 34:



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 35:

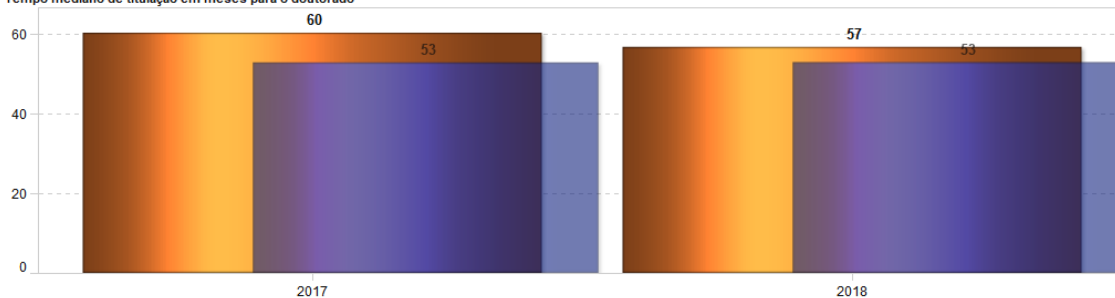
Tempo mediano de titulação em meses para o mestrado



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 36:

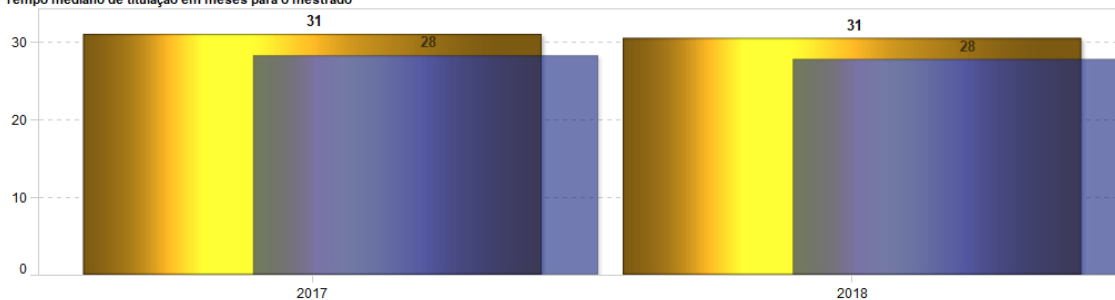
Tempo mediano de titulação em meses para o doutorado



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

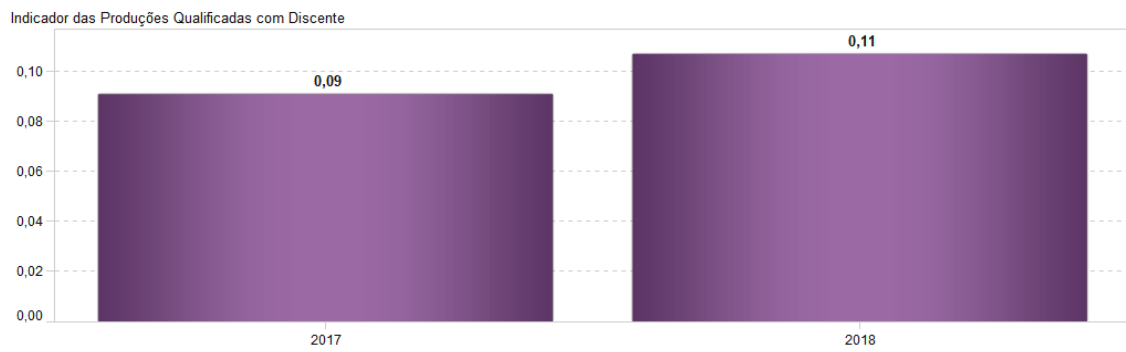
Gráfico 37:

Tempo mediano de titulação em meses para o mestrado



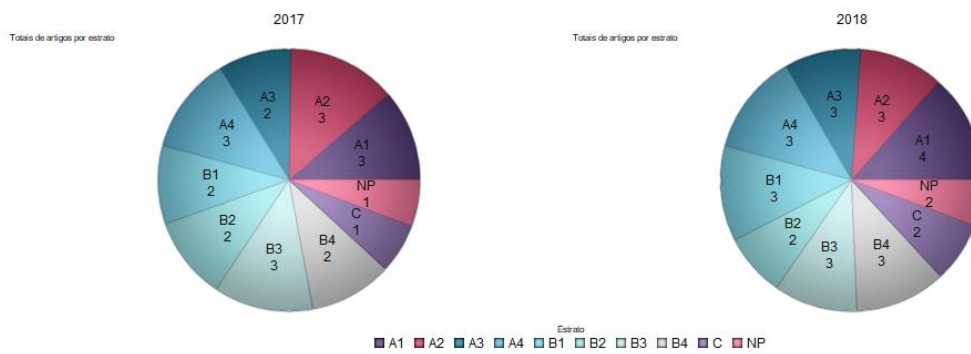
Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 38:



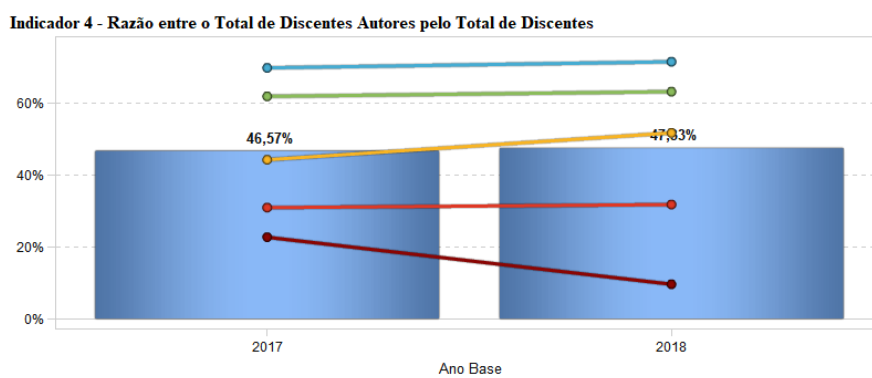
Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 39:



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 40:

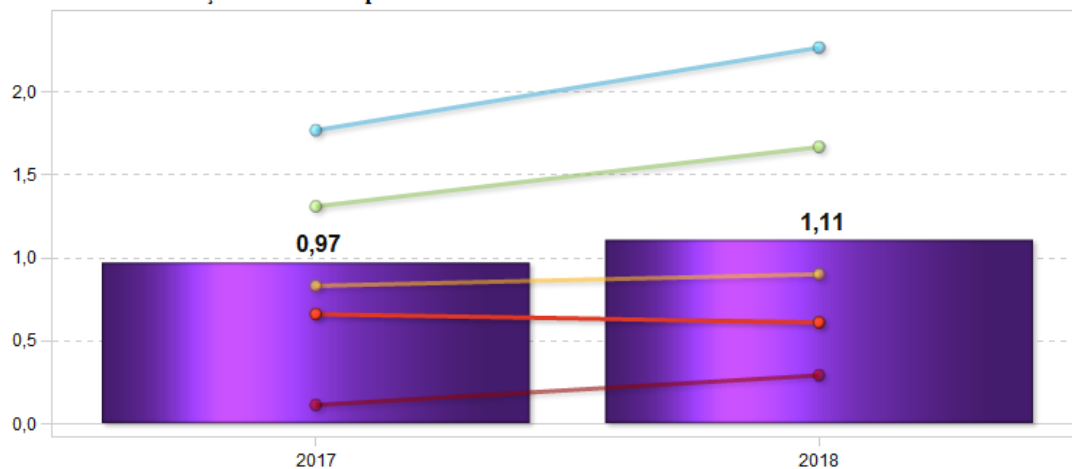


Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Produção Associação Docente e Discentes

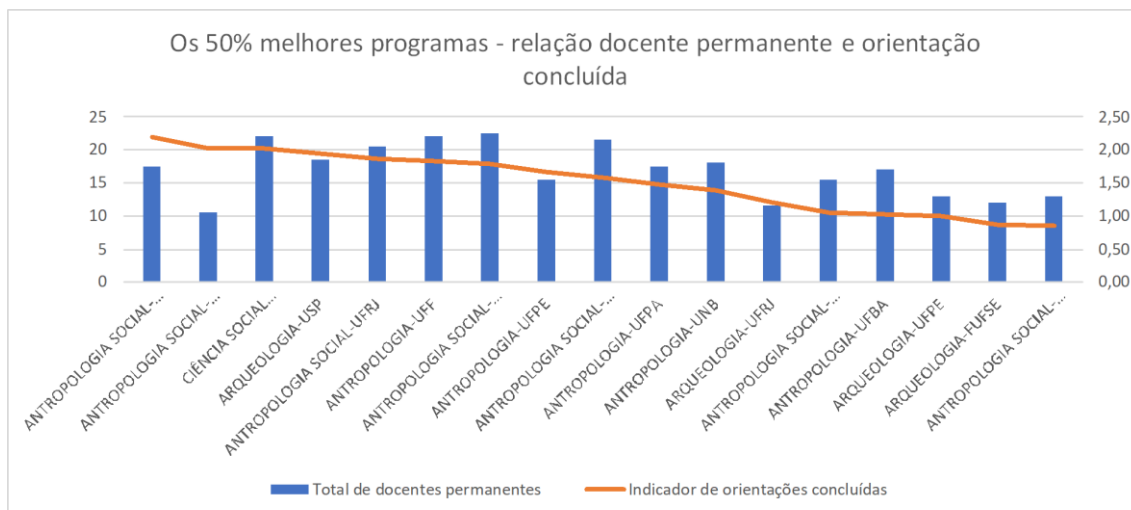
Gráfico 44:

Indicador 1 - Orientações Concluídas por Docente Permanente



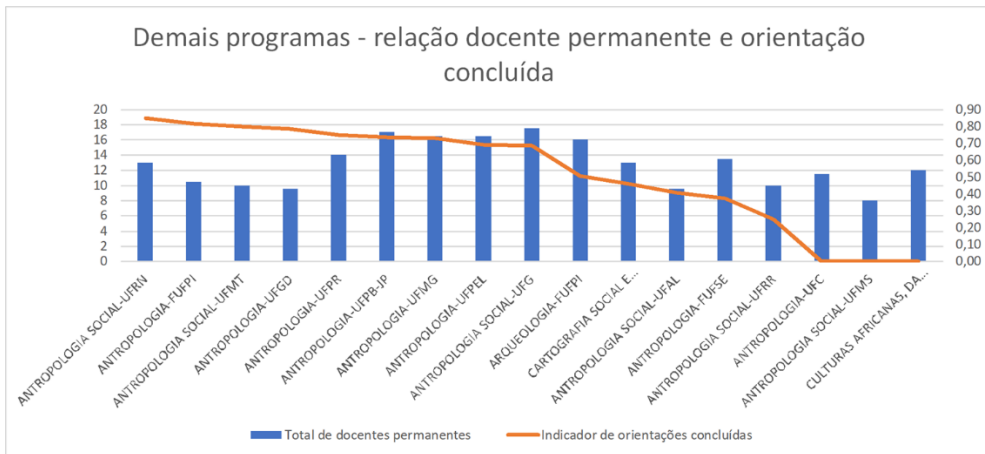
Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 45:



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

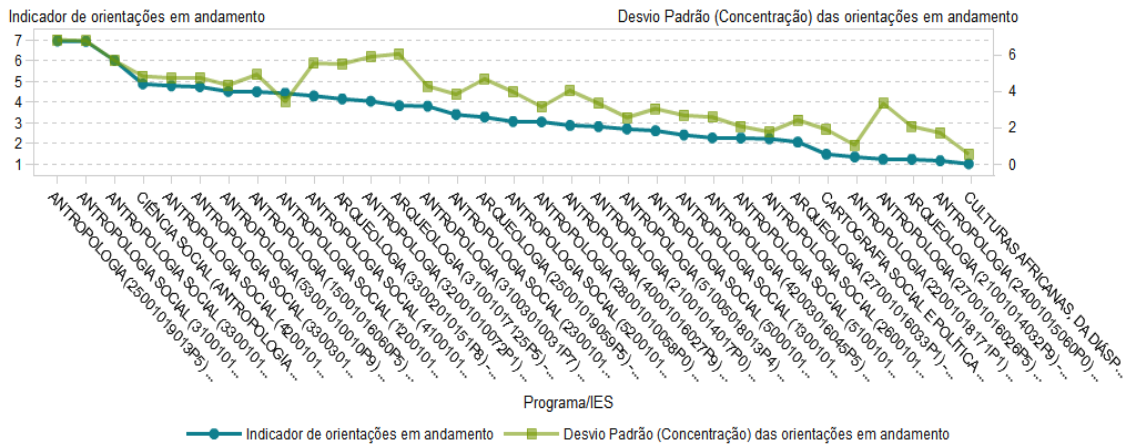
Gráfico 46:



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 47:

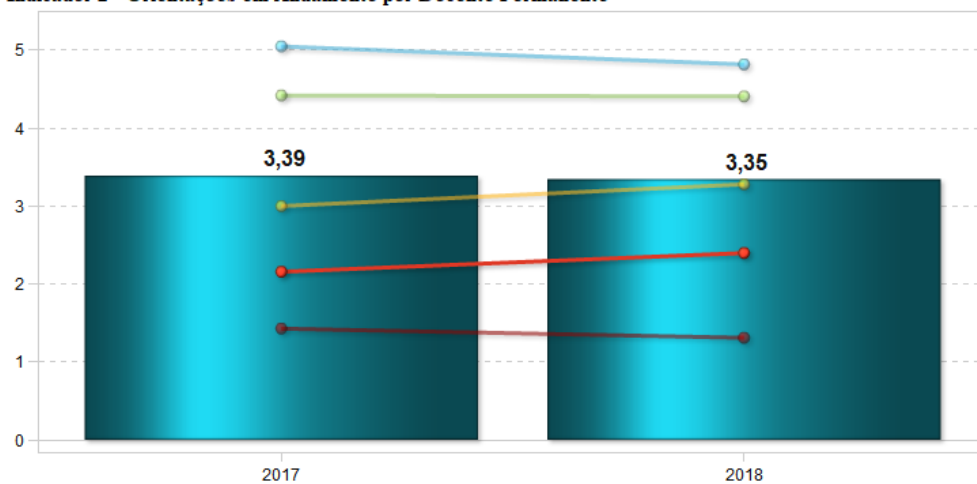
Visão Geral dos Programas para o Indicador 2 (O valor do indicador representa a média no quadriênio)



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 48:

Indicador 2 - Orientações em Andamento por Docente Permanente

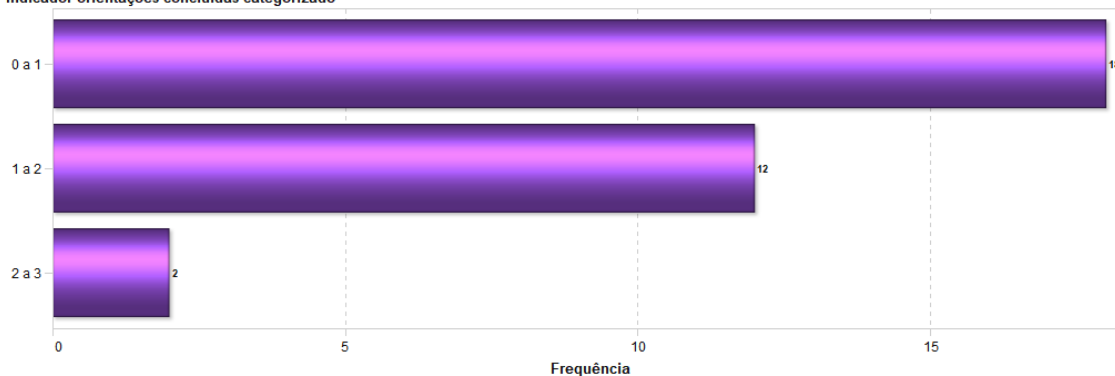


Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 49:

2017

Total de Programas por Intervalo do indicador
Indicador orientações concluídas categorizado

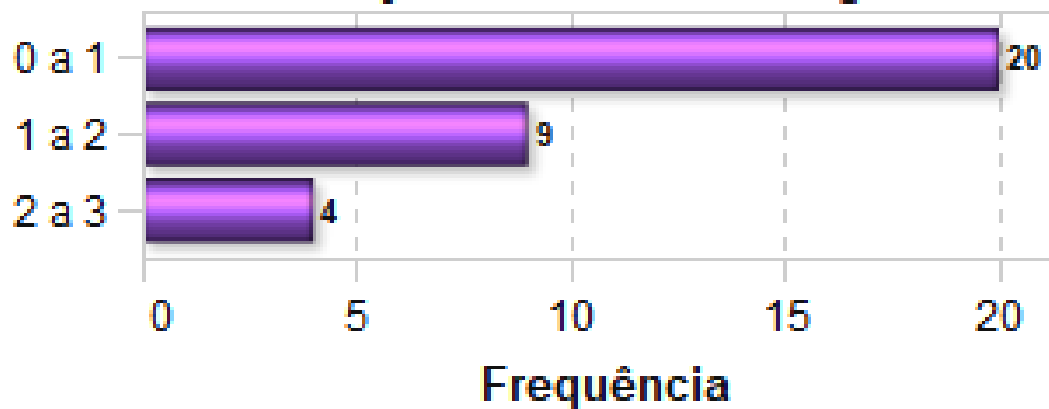


Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 50:

2018

Total de Programas por Intervalo do indicador Indicador orientações concluídas categorizado

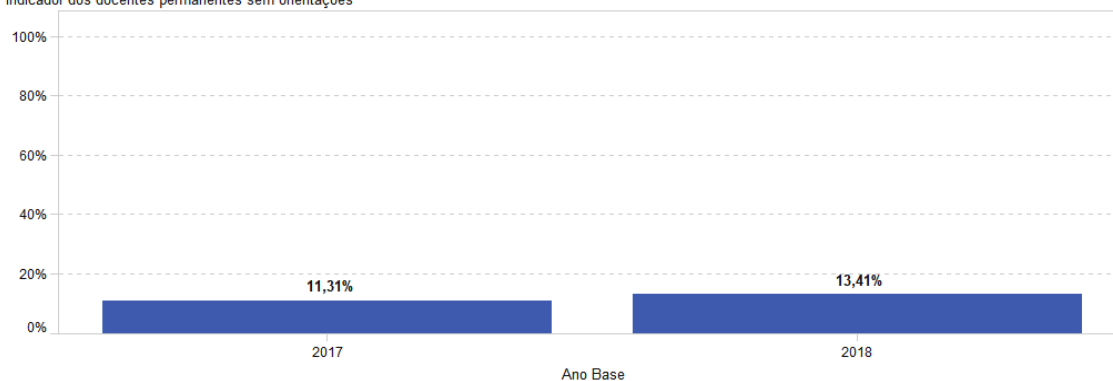


Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 51:

Indicador 3 - Proporção de Docentes Permanentes sem Nenhum Tipo de Orientação

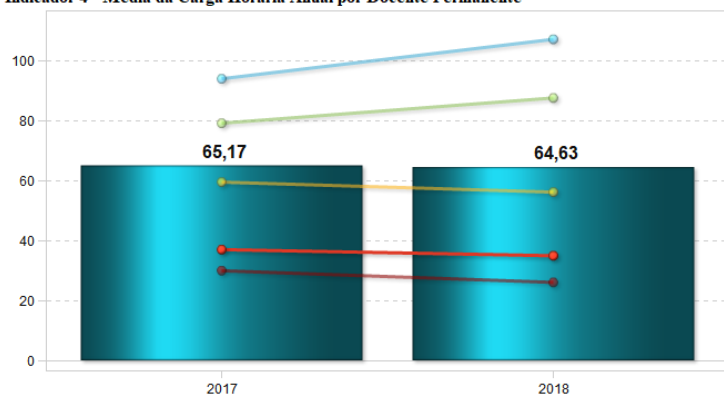
Indicador dos docentes permanentes sem orientações



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 52:

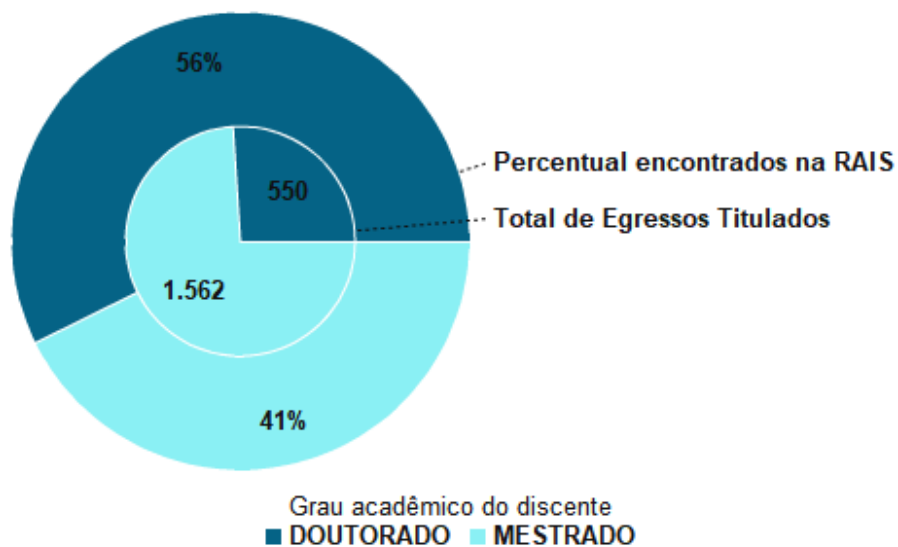
Indicador 4 - Média da Carga Horária Anual por Docente Permanente



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 53:

Gráfico do percentual e total de egressos encontrados na RAIS por grau acadêmico



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 54:

Distribuição do tipo de vínculo empregatício

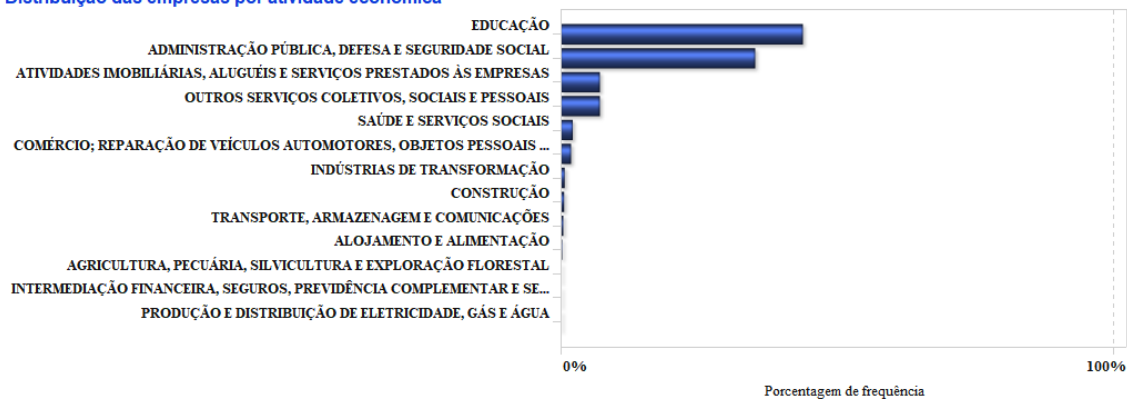
Porcentagem de frequência



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 55:

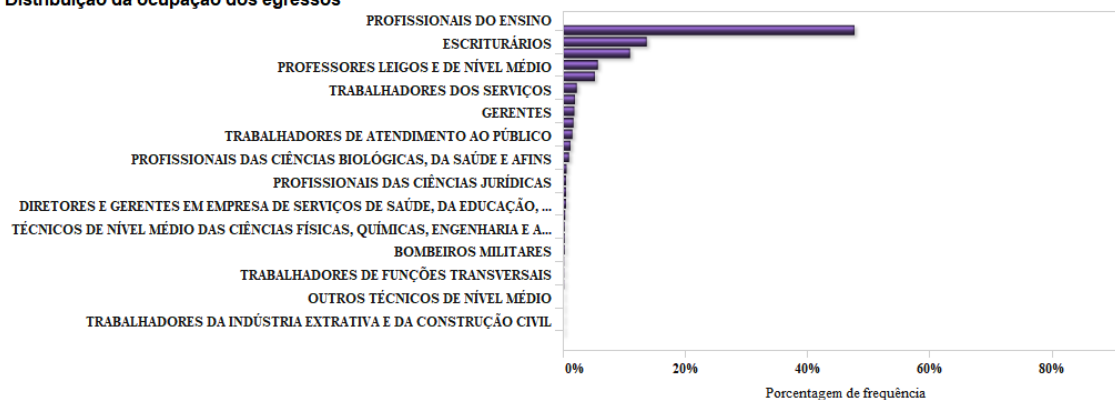
Distribuição das empresas por atividade econômica



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 56:

Distribuição da ocupação dos egressos



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 57:

Mestrado

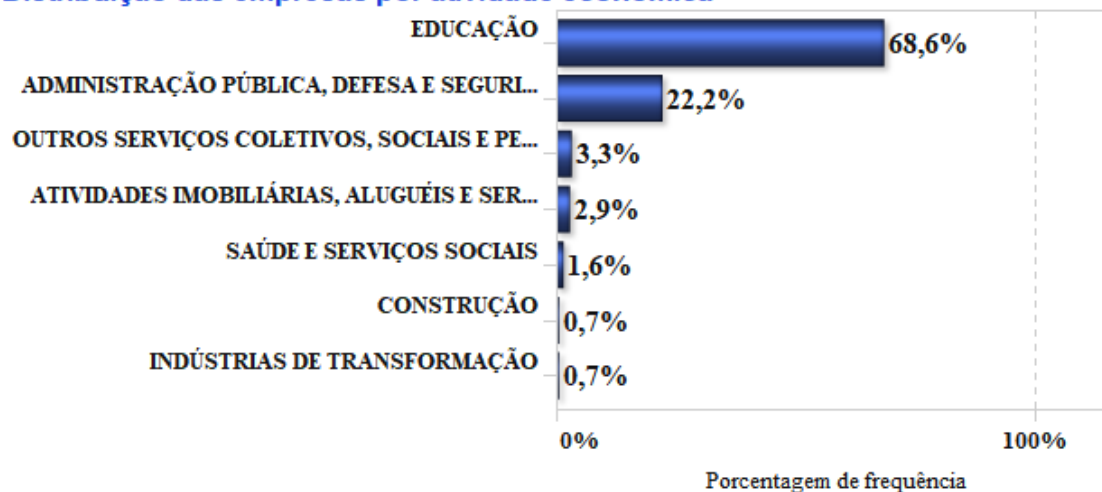
Distribuição das empresas por atividade econômica



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 58:
Doutorado

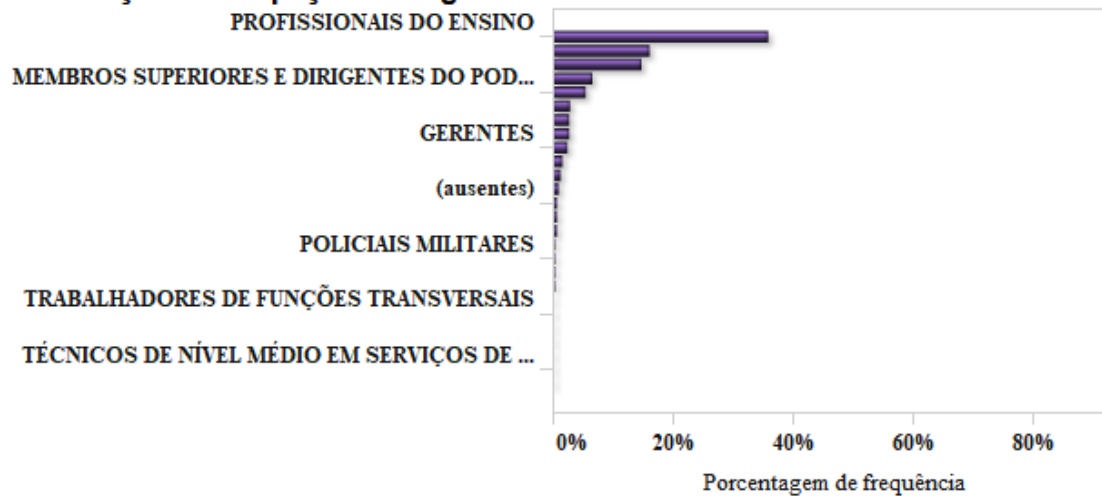
Distribuição das empresas por atividade econômica



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 59:
Mestrado

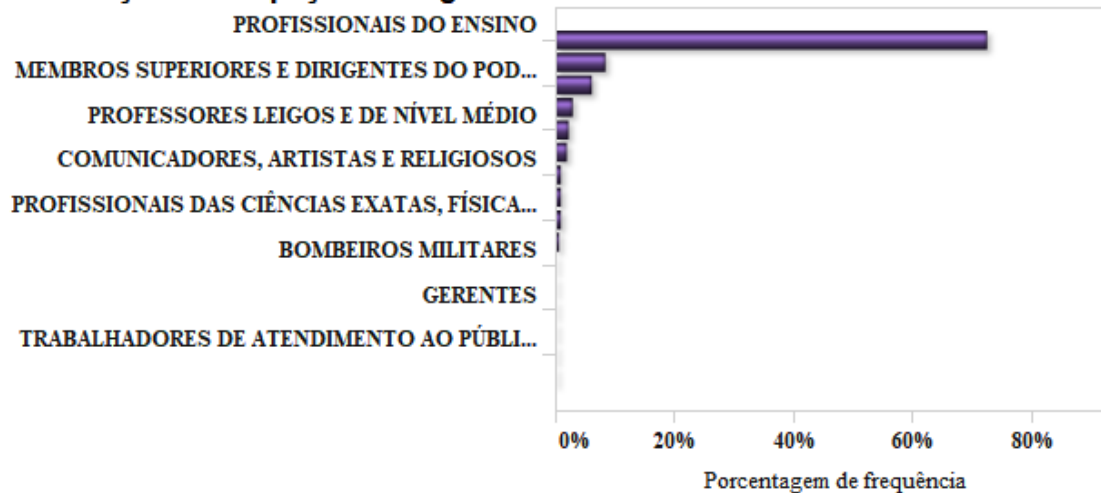
Distribuição da ocupação dos egressos



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 60:
Doutorado

Distribuição da ocupação dos egressos

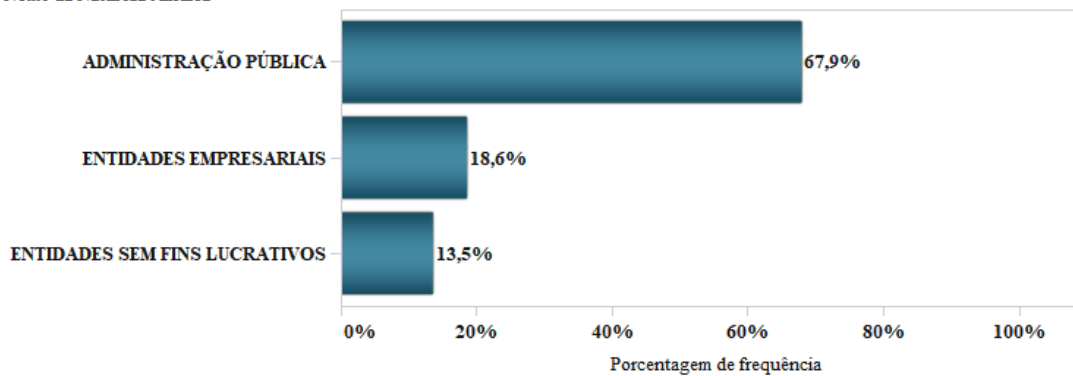


Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 61:
Total da Área 35 – Antropologia e Arqueologia

Distribuição da natureza Jurídica das empresas

Nome da Natureza Jurídica

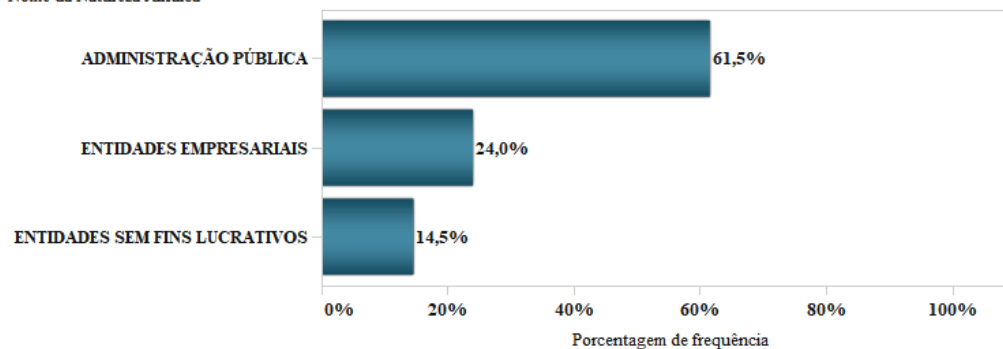


Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 62:
Mestrado

Distribuição da natureza Jurídica das empresas

Nome da Natureza Jurídica

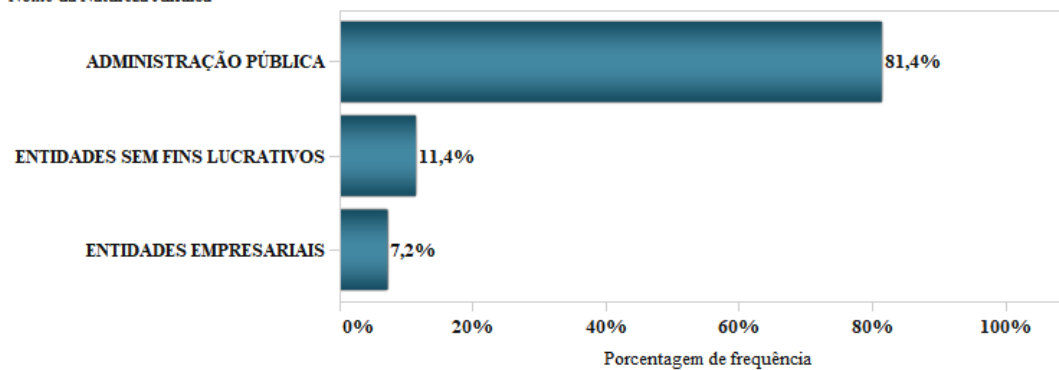


Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 63:
Doutorado

Distribuição da natureza Jurídica das empresas

Nome da Natureza Jurídica

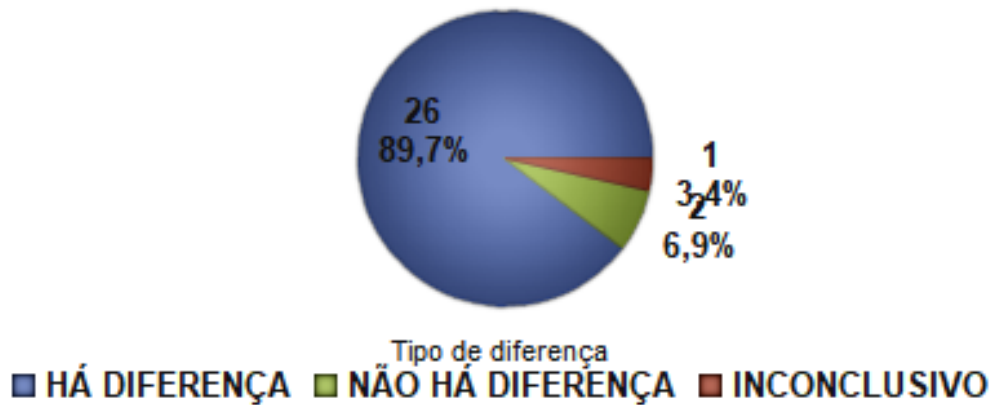


Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 64:

Indicador se há diferença significativa entre o salário do discente antes e depois do programa

Frequência



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Produção por Linhas de Pesquisa

Gráfico 65:



Fonte: analisevisual.capes.gov.br

Gráfico 66:
Região Norte



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 67:
Região Nordeste



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 68:
Região Sudeste



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 69:
Região Sul



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Mas apesar de se dizer que há continuidades em relação aos padrões anteriores, e das excelentes ideias postas aos Colégios pela Diretoria de Avaliação, temos visto a menção por quadros dirigentes da agência no tocante a impactos da produção feita apenas por uso de fator de impacto, bem como surgem critérios para cortes e classificações que orientam fomento num quadro de grande instabilidade política e administrativa. A realidade é que, a depender da área, está sendo operada uma mudança de largas proporções no meio de um quadriênio e, conquanto concordemos que – se as ideias propugnadas pela Diretoria de Avaliação se efetivarem no espírito do *documento **Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da PG. Documento Final da Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 – 10/10/2018*** – as propostas são muito mais acertadas e consistentes com a realidade brasileira que os rumos anteriormente tomados, válidos num momento e hoje extensamente esgotados, o fato é que as informações fornecidas pelos programas na Plataforma Sucupira precisariam ser revistas. Voltaremos a este ponto adiante.

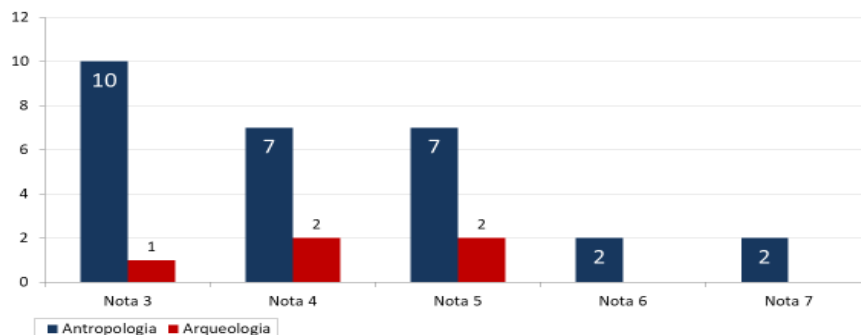
Em favor da necessidade de reabertura da Plataforma Sucupira para consertos, localizamos erros, alguns que os programas deverão conferir se foram erros de informação ou de “sistema” e outros que podem estar relacionados à inserção do Coleta CAPES na Plataforma. Assim, no caso do PPGAS/Museu Nacional-UFRJ, cinco alunos que ingressaram em 2010 no nível de mestrado e concluíram adequadamente o mesmo em 24 meses, passando então ao doutorado com seleção apenas a partir do projeto de curso para o doutorado (o que a instituição chama de “passagem direta”) em 2012 defendendo em 2017 – dentro portanto do prazo de 60 meses – foram inadequadamente registrados como se tivessem iniciado o doutorado em 2010, levando portanto sete anos para concluírem o doutorado. Isto elevou indevidamente não apenas o tempo médio de titulação no curso de doutorado do referido curso, como levou o índice de toda a área para cima, igualmente.

Do mesmo modo, no gráfico 31 vemos mais de um programa onde não há registro de aulas ministradas na graduação, quando com certeza estas aulas existem. Desta forma, solicitamos que todos os programas revissem seus dados informados na Plataforma Sucupira com vistas a correções futuras. Estamos aguardando maiores informações.

Vejamos como se apresentam os dados decupados por notas e regiões.

Gráfico 71:

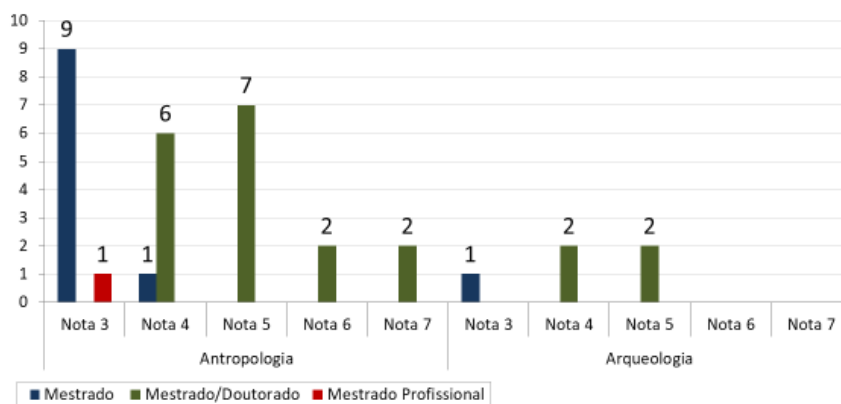
Programas de Pós Graduação em Antropologia e Arqueologia por notas.
2017 - 2018



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 72:

Programas de Pós Graduação em Antropologia e Arqueologia por notas e nível.
2017-2018



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 73:

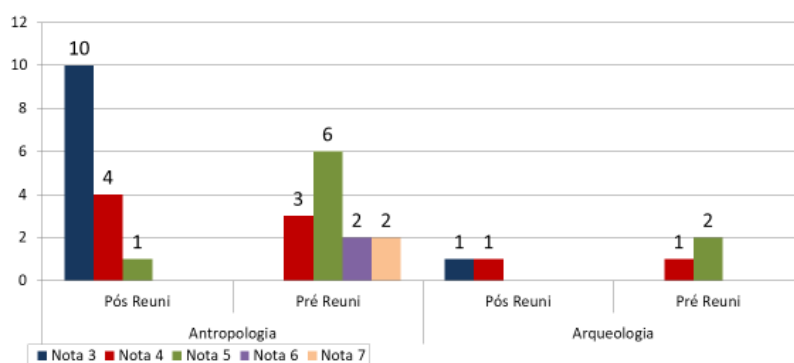
Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia por notas e Universidades.
2017-2018

Programa	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Nota 6	Nota 7
Antropologia	FUFPI	UFAM	UFF	UFRGS	UFRJ
	FUFSE	UFBA	UFPA	USP	UNB
	UEMA	UFG	UFPE		
	UFAL	UFMG	UFRN		
	UFC	UFPB-JP	UFSC		
	UFGD	UFPEL	UFSCAR		
	UFMS	UFPR	UNICAMP		
	UFMT				
	UFRR				
	UPE				
Programa	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Nota 6	Nota 7
Arqueologia	FUFPI	FUFSE	UFPE		
		UFRJ	USP		

Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 74:

Programas de Pós Graduação em Antropologia e Arqueologia segundo notas e se o Programa foi criado antes ou após o REUNI. 2017-2018



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 75:

Programas de Pós Graduação em Antropologia e Arqueologia segundo notas, Universidades e se o Programa foi criado antes ou após o REUNI. 2017-2018

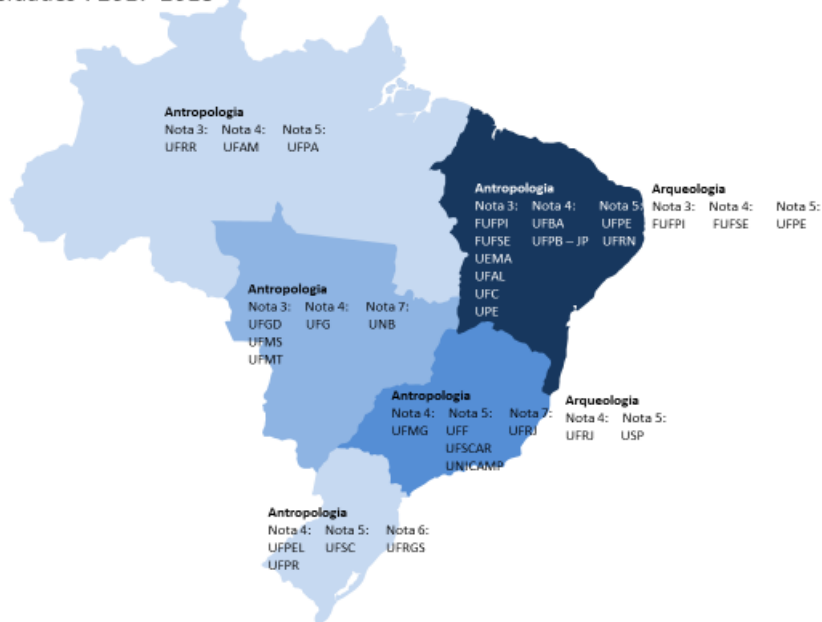
Pós Reuni					
Programa	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Nota 6	Nota 7
Antropologia	FUFPI	UFAM	UFPA		
	FUFSE	UFG			
	UEMA	UFPB-JP			
	UFAL	UFPEL			
	UFC				
	UFGD				
	UFMS				
	UFMT				
	UFRR				
UPE					
Programa	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Nota 6	Nota 7
Arqueologia	FUFPI	FUFSE			

Pré Reuni					
Programa	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Nota 6	Nota 7
Antropologia		UFBA	UFF	UFRGS	UFRJ
		UFMG	UFPE	USP	UNB
		UFPR	UFRN		
			UFSC		
			UFSCAR		
			UNICAMP		
Programa	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Nota 6	Nota 7
Arqueologia		UFRJ	UFPE		
			USP		

Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Mapa 1:

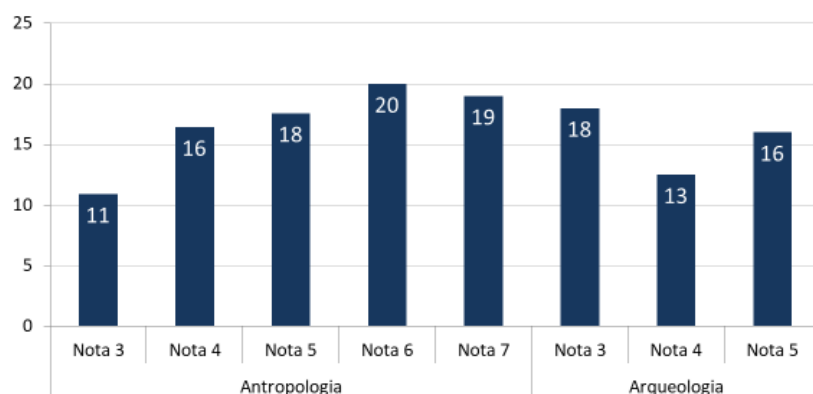
Distribuição Regional dos Programas de Antropologia e Arqueologia segundo notas e Universidades . 2017-2018



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35 e Geocapes

Gráfico 76:

Número médio de professores permanentes segundo notas e programas. 2018



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 77:

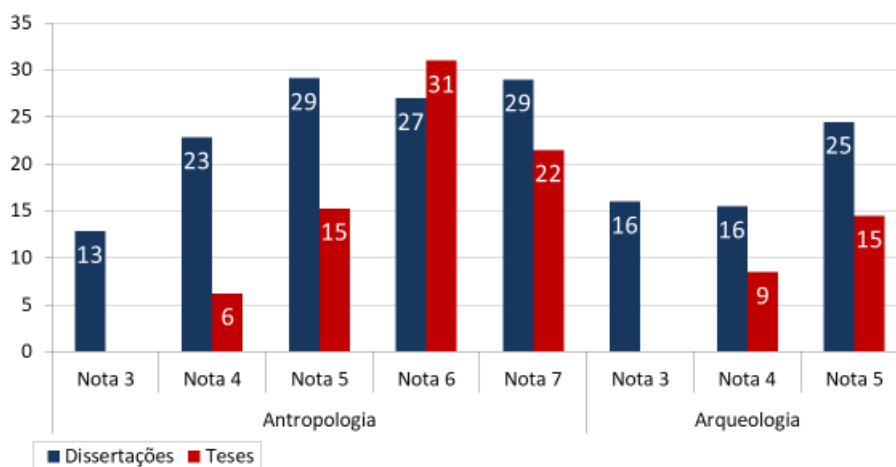
Distribuição do número de professores permanentes segundo notas, universidades e programas. 2018

Antropologia	Universidades	Permanentes
Nota 3	FUFPI	10
	FUFSE	14
	UEMA	13
	UFAL	10
	UFC	12
	UFGD	10
	UFMS	8
	UFMT	10
	UFRR	10
	UPE	12
Nota 4	UFAM	16
	UFBA	17
	UFG	18
	UFMG	17
	UFPB-JP	17
	UFPEL	16
	UFPR	14
Nota 5	UFF	22
	UFPA	18
	UFPE	16
	UFRN	13
	UFSC	22
	UFSCAR	10
Nota 6	UNICAMP	22
	UFRGS	18
	USP	22
Nota 7	UFRJ	20
	UNB	18
	Total geral	425
Arqueologia	Universidades	Permanentes
Nota 3	FUFPI	18
Nota 4	FUFSE	13
	UFRJ	12
Nota 5	UFPE	13
	USP	19
	Total geral	75

Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 78:

Número médio do total de dissertações e teses segundo notas. 2017-2018



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 79:

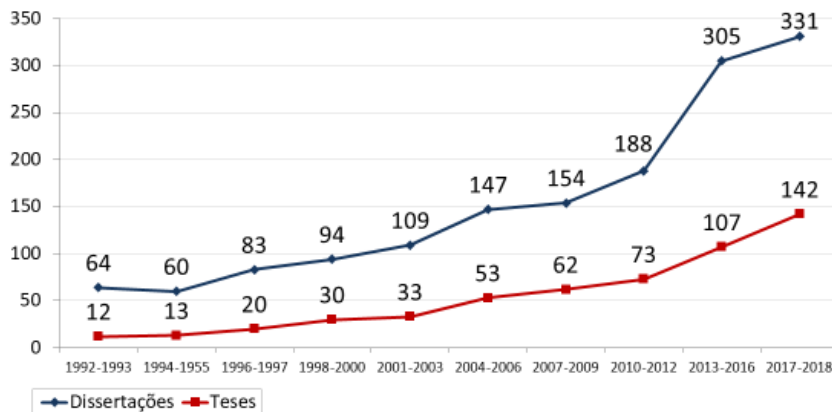
Distribuição do número total de dissertações e teses segundo notas e universidades. 2017-2018

Antropologia	Universidades	Dissertações	Teses
Nota 3	FUFPI	18	-
	FUFSE	10	-
	UEMA	13	-
	UFAL	9	-
	UFC	-	-
	UFGD	19	-
	UFMS	-	-
	UFMT	16	-
	UFRR	5	-
	UPE	-	-
Nota 4	UFAM	24	8
	UFBA	15	14
	UFG	25	-
	UFMG	25	2
	UFPB-JP	25	-
	UFPEL	27	-
	UFPR	19	1
Nota 5	UFF	37	22
	UFPA	21	19
	UFPE	32	10
	UFRN	23	1
	UFSC	33	28
	UFSCAR	22	10
	UNICAMP	36	17
Nota 6	UFRGS	30	27
	USP	24	35
Nota 7	UFRJ	28	24
	UNB	30	19
Total geral		566	237
Arqueologia	Universidades	Dissertações	Teses
Nota 3	FUFPI	16	-
Nota 4	FUFSE	15	8
	UFRJ	16	9
Nota 5	UFPE	18	5
	USP	31	24
Total geral		96	46

Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 80:

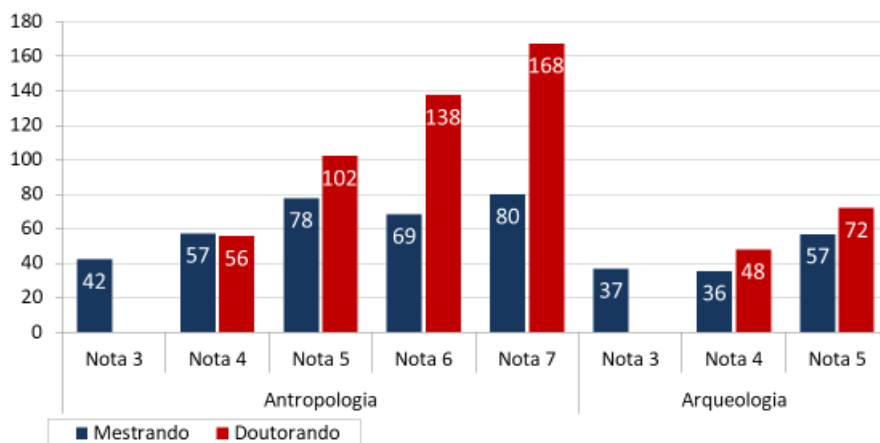
Média de dissertações e teses no período 1992 a 2018 (por avaliações bienais, trienais e quadrianuais)



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 81:

Número médio de alunos matriculados segundo nível e notas. 2017-2018



Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Gráfico 82:

Distribuição do número total de alunos matriculados segundo nível, notas e universidades. 2017-2018

Antropologia	Universidades	Mestrado	Doutorado
Nota 3	FUFPI	54	-
	FUFSE	33	-
	UEMA	39	-
	UFAL	43	-
	UFC	38	-
	UFGD	60	-
	UFMS	36	-
	UFMT	53	-
	UFRR	53	-
	UPE	14	-
Nota 4	UFAM	61	80
	UFBA	57	65
	UFG	64	44
	UFMG	56	85
	UFPB-JP	53	-
	UFPEL	55	30
	UFPR	56	30
Nota 5	UFF	92	149
	UFPA	80	79
	UFPE	87	143
	UFRRN	50	38
	UFSC	82	113
	UFSCAR	70	65
	UNICAMP	84	128
Nota 6	UFRGS	66	122
	USP	71	153
Nota 7	UF RJ	98	205
	UNB	62	130
Total geral		1667	1659
Arqueologia	Universidades	Mestrado	Doutorado
Nota 3	FUFPI	37	-
	FUFSE	25	41
Nota 4	UF RJ	46	55
	UFPE	46	43
Nota 5	USP	68	101
	Total geral		222

Fonte: Plataforma Sucupira – Planilha de Indicadores – Área 35

Os dados dispostos nos gráficos explicitam que os programas com nota 3 e 4 são 60,6% dos programas que têm nota atribuída, sendo que destes 80% foram criados após o REUNI. Isto inclui o caso de doutorados que se instalaram a partir de ações de indução levadas a cabo pelas coordenações de área por demanda da própria CAPES no sentido de expandir a área, em função da demanda de fato existente. Estes PPGs estão localizados sobretudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Tais programas estão fortemente enraizados em seus contextos locais e regionais onde estão instalados e desenvolvem diversas ações com grande impacto e relevância no plano das políticas públicas, formando quadros que em sua maioria, pelas informações que temos, acham-se inseridos no mercado de trabalho em diversas posições, inclusive na administração pública. Os programas 3 e 4 recém criados deveriam ser aqueles que, como outros que agora são nota 5 o foram, precisariam de maior apoio e investimento sob a forma de recursos para mobilidade docente e discente, para aquisição de acervo bibliográfico e pesquisa, bem como de programas de cooperação como o foram os PROCADs (iniciativa extremamente bem sucedida ao menos no plano de nossa área). Cremos que a orientação vigente de cerceamento de recursos a precisamente estes programas não deveriam ser objeto nem de cortes nem de mudanças de regras no meio do jogo. Afinal, isso significará jogar fora uma quantidade ponderável de recursos já investidos, assim como desconhecer o Programa do Plano Nacional de Pós-Graduação em vigente.

Um outro ponto que salta aos olhos é que, se numericamente houve uma relativa mitigação da assimetria regional entre as regiões Sudeste, e as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, justamente aquelas onde algumas das questões de ambas as disciplinas da área são mais prementes, dado ao caráter relativamente recente dos programas nestas regiões, eles estão na sua maioria nas faixas de notas 3 e 4. O amadurecimento e conseqüentemente uma melhor posição no ranqueamento dos programas na área está evidentemente relacionado ao seu tempo de atuação, conquanto haja exceções.

Os Programas Profissionais se constituíram em uma das principais mudanças introduzidas pela Capes, cuja principal diferença em relação aos programas acadêmicos é o resultado esperado. No caso dos profissionais na área de Antropologia e Arqueologia o objetivo é formar alguém que, atue fora da academia, com capacidade para identificar e, sobretudo, usar a pesquisa de modo a impactar alguma transformação em seu campo de atuação, o que deveria resultar em um modo diferenciado de avaliação dos programas, que os distingue dos acadêmicos. O único curso existente na área está voltado para a formação de professores.

Pelos dados disponíveis podemos concluir que estes programas vêm cumprindo sua principal missão – formar profissionais que se insiram no mercado de trabalho e atuem na profissão, dentro ou fora da universidade. Para demonstrar, seria necessário – e enfatizamos bastante esta dimensão durante o seminário – que o acompanhamento de egressos tivesse sido, e que doravante venha a ser feito com maior minúcia, sendo tão mais fácil quanto mais recente for o programa.

Os dados apontam também para um conjunto de programas com nota 4 que apresentam uma tendência – que só poderá ser confirmada com critérios mais sólidos e uma sistemática definida para este período transicional – à nota 5. Outros, ainda que não tenham tantos indicadores nesta direção, são programas consolidados e importantes centros formadores em nível local e regional.

Em geral os programas nota 5 são programas bastante consolidados que mantêm a nota há mais de um período avaliativo e, pelos índices, tudo indica que assim continuarão. Esta observação que só poderá ser comprovada adiante, tendo em vista a situação do momento já apontada, e a gerada pela avaliação anterior. Alguns destes programas apresentam tendência a uma possível mudança para nota 6, em termos de produção, mas por serem programas com menor tempo de trajetória não contam, ainda, com exemplos consistentes de nucleação, de impacto e relevância econômico e social de sua atuação mais ampla, em especial no tocante à formação de novos profissionais. Há, no entanto, casos de programas (o que só poderia ser confirmado com dados mais seguros) que apresentam sólidos indicadores para alcançar a nota 6.

Os programas de nota 6 da área são igualmente consolidados e apresentam desempenho compatível com a faixa de notas 6/7, sendo que a definição de uma diferença entre os critérios para essas notas foi discutida. Veremos abaixo, que foram mantidas as orientações que vieram de períodos avaliativos anteriores e que constam do documento de área em vigência e chancelado pelo CTC-ES.

Ficou bastante evidente como, por outro lado, em termos dos dados disponíveis, o rebaixamento de uma das três notas 7 da área não foi, nem é procedente. É importante, ainda, destacar que o CTC-ES e o Conselho Superior da CAPES decidiram manter as notas dos programas do Museu Nacional atingidos pelo incêndio, por dois períodos avaliativos. Esta iniciativa, absolutamente justa, tem impacto diretamente sobre a área na medida em que o PPGAS/Museu Nacional-UFRJ tem nota 7. Isso não pode ser um limitador para que outros programas que apresentem os indicadores nesta direção alcancem o grau devido.

É importante lembrar que a área 35 é composta por dois campos disciplinares justapostos da Antropologia e da Arqueologia, guardando relações interdisciplinares de acordo com as subáreas de conhecimento que abarcam. No Brasil, seguiram historicamente caminhos diferenciados em seu processo de institucionalização, o primeiro desentranhando-se fundamentalmente do campo das Ciências Sociais, e o segundo daquele da História, diferenciando-se, assim da trajetória dessas disciplinas, por exemplo, nos Estados Unidos em que Antropologia Cultural (no Brasil, Social e Cultural se superpõem), Arqueologia, BioAntropologia e Linguística são, em geral, parte do que se chama de quatro campos (*four fields*) e seus conteúdos integram o escopo de um treinamento básico para qualquer formação nessas quatro áreas de conhecimento.

A impossibilidade de definir indicadores, por conta da transição de modelo de avaliação, não permite traçar comparações em relação aos dados apresentados no documento de área, por essa razão, optou-se por não delinear nenhuma comparação em relação ao período anterior.

Salientou-se ainda que a utilização do critério de empregabilidade dos egressos, que até então estava concentrada nas áreas de educação; atividades científicas e técnicas; e na administração pública, conforme a pesquisa sobre egressos feita para a CAPES pelo CGEE até 2014, deve ser analisada com cautela, já que o país enfrenta uma crise econômica, com índices crescentes de desemprego.

Análise Geral e “Estado da Arte” da Área

Síntese da discussão

No item anterior procuramos delinear o panorama do cenário presente à luz dos dados de que dispomos na atualidade. Mas alguns dados mais gerais precisam ser ditos considerados quanto à configuração da área. O primeiro ponto a ser sinalizado é de que a área reagiu às demandas e aos estímulos dos Planos Nacionais de Pós-Graduação no sentido de expandir as áreas, como já o destacamos no Documento de área Vigente, chancelado no CTC-ES, e está sinalizado em livros que, sob os auspícios da Associação Brasileira de Antropologia, procuraram dar uma noção da área de Antropologia desde 2004 até o presente³.

Muitos novos PPGs foram criados em universidades de recente implantação, e os programas foram estabelecidos sem que houvesse uma transmissão intergeracional de conhecimentos que recuperasse as alterações sofridas pelo processo avaliativo da pós-graduação no longo prazo. Ademais, em geral as estruturas gerenciais das universidades brasileiras, em especial as públicas, federais, estaduais ou municipais, não contam com suportes à administração acadêmica, sendo poucos os docentes e funcionários capacitados à gestão acadêmica e institucional dos cursos de pós-graduação.

Tampouco há processos de capacitação seja a coordenadores seja a funcionários de secretarias acadêmicas cada dia mais escassos. Assim, a produção de uma consciência da necessidade de planejamento institucional é erraticamente distribuída entre as universidades brasileiras, e elementos como *Planos de Desenvolvimento Institucional* são peças figurativas, já que não comportam necessariamente a alocação de recursos compatíveis com sua execução que não sejam na prática contingenciados, reduzidos ou integralmente cortados.

³ Ver TRAJANO FILHO, Wilson & LINS RIBEIRO, Gustavo (orgs). *O campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro; Brasília: Contra Capa; Associação Brasileira de Antropologia, 2004; SIMIÃO, Daniel Schroeter & FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs). *O campo da Antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2018; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BELTRÃO, Jane Felipe; LOBO, Andrea de Souza; CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LACERDA, Paula Mendes; OSORIO, Patricia (orgs). *A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. Rio de Janeiro; Brasília: E-papers; Associação Brasileira de Antropologia, 2018; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Programas de Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2018. Todos podem ser baixados de <http://www.aba.abant.org.br/?/publicacoes>. Acesso em 14/10/2019.

Isso se reflete no conhecimento a que efetivamente alguns dos coordenadores têm acesso. Foi necessário esclarecer diversos pontos que supúnhamos internalizados por todos os docentes de PPGs, o que parece ser uma questão recorrente em outras áreas da avaliação, segundo pudemos apurar. Isto demonstra que certos aspectos do funcionamento real (e não o idealizado e prescrito) do SNPG precisam ser objeto de atenção, sob o risco de que excelentes ideias sejam postas fora por se adequarem ao que se planeja, mas não ao que de fato se passa, ou que seria necessário que se passasse para certas mudanças serem de fato efetivadas e metas alcançadas.

Neste sentido o seminário foi um momento importante de socialização, em especial pela possibilidade de transmissão de conhecimento e de troca entre as subáreas. Também, fato inédito, houve uma reunião específica da subárea de Arqueologia, sob a liderança da Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos, Marcia Bezerra de Almeida, que é arqueóloga, e algumas deliberações importantes foram tomadas. A se destacar, a decisão de, diante da possibilidade de trabalhar com métricas distintas para as duas subáreas de manter-se as mesmas métricas para a avaliação dos programas de Antropologia e Arqueologia, como vem sendo feito.

Discussão sobre a ficha de avaliação

Uma parte ponderável do tempo foi dedicada à discussão da ficha de avaliação transicional que vigirá para este quadriênio. Assim, chegou-se à conclusão que os seguintes elementos e indicadores deverão ser considerados, na medida de uma melhor especificação do que será a dimensão quantitativa que a CAPES pretende implantar no quadriênio, para plena vigência, sob a perspectiva da multidimensionalidade, para o quadriênio a seguir.

Um dos pontos mais importantes da discussão foi a total adesão da área às ideias apresentadas pela Diretora de Avaliação – que julgamos serão melhor decupadas e mostradas operacionalmente em futuro próximo – de que PPGs podem ser excelentes em âmbito regional, que podem ser altamente eficientes em formar profissionais com inserção relevante no cenário local e regional, e com grande impacto e relevância econômico e social, não sendo focados em iniciativas dirigidas à internacionalização ou a um “produtivismo” exacerbado. Considerando-se o universo temático das disciplinas, a formação de profissionais capacitados para a produção de conhecimento dentro e fora de espaços acadêmicos acerca da diversidade sociocultural brasileira, matéria de trabalho de numerosas áreas da administração pública no Brasil.

Julgamos mesmo que dentro dos focos de interesse em matéria de internacionalização na área de Antropologia e Arqueologia deve-se registrar o significativo papel que a área teve na reconstrução dessas disciplinas em contextos como o argentino, e hoje o grande afluxo de alunos colombianos que têm vindo se formar em nossos PPGs, para destacar apenas um fluxo mais remoto no tempo e um mais contemporâneo, que se

mantém apesar dos cortes orçamentários. Além de alunos colombianos em número significativo, contamos também com estudantes de países da África Lusófona. Ou seja, a área julga importante que se reconheça que a produção de nossa área é significativamente respeitada no âmbito do Sul global, em especial na América Latina e na África Lusófona. Nestes termos, é importante que o entendimento muito limitado e predominante no meio científico brasileiro, de cooperação essencialmente com centros estadunidenses e europeus, onde a posição do Brasil é necessariamente a de receptor e consumidor de teorias, seja revista. Cremos que nosso trabalho, ainda que em português primordialmente (já que os custos de tradução de textos em nossas disciplinas podem ser consideravelmente mais elevados, e se conta com poucos suportes financeiros para tanto), e sempre feito em diálogo com os setores de ponta das disciplinas, tem contribuído para construção de outra posição. Observações como as lamentavelmente feitas sobre programas que teriam uma “internacionalização regional” são insignificantes e demonstram a realidade de áreas que são efetivamente subalternas pelas condições técnicas precárias com que contam para desenvolvimento de suas atividades. Estes pontos foram discutidos a área buscará afirmar e fazer reconhecê-los – a diferença entre o que é ser excelente em escalas espaciais diferentes; e a presença das disciplinas como servindo à formação de pesquisadores do Sul global – em sua avaliação futura e como norte para os processos de autoavaliação institucional.

Para fins de avaliação do item (I) da ficha, **Programa** a área estabeleceu que seria necessário avaliar:

1. Coerência e Consistência da Proposta do Programa com o perfil egresso que se pretende formar: a) definição do âmbito prioritário de excelência (local, regional, nacional e internacional) de atuação do PPG, de sua relação com os objetivos da proposta de programa e com o perfil de egresso que se quer formar; b) delineamento do perfil de egresso e dos seus potenciais espaços de atuação; c) relação entre áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos com os objetivos do programa. OBS: no caso dos programas profissionais informar quais as fontes de financiamento que dão suporte ao PPG.
2. Articulação entre áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos e corpo docente: a) vinculação de cada docente a um mínimo de um projeto de pesquisa; b) grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa, expressando as linhas e projetos de pesquisa; c) existência de projetos de equipes institucionais e/ou interinstitucionais sediados no programa e coordenados por docentes permanentes.
3. Relação entre estrutura curricular, formação e pesquisa: a) grade curricular e fluxo de curso claramente delineados com disciplinas obrigatórias e eletivas compatíveis com os objetivos da formação; b) equilíbrio na distribuição de disciplinas e docentes por áreas de concentração e linhas de pesquisa; c) regularidade da oferta de disciplinas durante o quadriênio.
4. Infraestrutura: a) infraestrutura para pesquisa, ensino e apoio administrativo; b) biblioteca(s) e acesso a bases de dados bibliográficos.

5. Recursos financeiros para pesquisa: a) projetos financiados; b) convênios e projetos de cooperação ou em associação.
6. Dimensões, Composição e Distribuição do Corpo Docente: a) perfil acadêmico/formação de pesquisadores e sua adequação à estrutura e proposta do programa; b) titulação dos docentes permanentes compatível com a proposta do programa e com o Documento de Área e Orientador de APCN; c) diversificação dos docentes em relação às instituições nas quais se doutoraram; d) tempo de titulação dos docentes equilibrado entre seniores e juniores de acordo com o tempo de existência do programa e com o planejamento institucional futuro; e) distribuição adequada dos docentes entre linhas pesquisa; f) regime de dedicação de docentes permanentes ao curso; g) relação entre docentes permanentes, colaboradores e visitantes.
7. Desempenho, aprimoramento e trajetória do corpo docente permanente: a) coordenação de projetos de pesquisa; b) participação em equipes, núcleos, grupos e laboratórios de pesquisa; b) bolsas de produtividade e financiamentos de pesquisa; c) coordenação e participação em projetos e redes de investigação de âmbito nacional e internacional; d) estágios de pós-doutorado e licenças de capacitação no Brasil e no exterior; e) participação em diretorias e conselhos de associações científicas nacionais e internacionais; f) participação em editorias e conselhos de periódicos qualificados nacionais e internacionais e de editoras; g) participação em comissões e conselhos técnicos especializados e diretorias de associações profissionais ou técnicas.
8. Planejamento das formas de gestão institucional e acompanhamento do fluxo discente: a) existência de estruturas de gestão colegiada para a tomada de decisões institucionais; b) formas de monitoramento dos processos seletivos; c) existência de mecanismos institucionais de suporte aos discentes para a permanência e conclusão do curso; d) formas de gestão do fluxo de discentes.
9. Processos de planejamento estratégico visando formular planos de otimização e adequação do PPG para melhor oferta de formação acadêmica às condições institucionais e financeiras vigentes: a) diagnóstico das metas alcançadas; b) definição de metas futuras à luz das condições institucionais e financeiras vigentes; c) estratégias de redefinição de processos seletivos e fluxo de curso e de suplementação da formação discente considerados o perfil de alunos ingressantes, à luz das políticas de ação afirmativa, de igualdade de gênero e de suporte à maternidade; d) metas e cronogramas de capacitação e estágios de pós-doutorado para os docentes; e) políticas e processos de seleção, integração e acompanhamento da supervisão de pós-doutorado; f) políticas de credenciamento, monitoramento e descredenciamento de docentes; g) políticas de acompanhamento de alunos egressos; h) estratégias de aperfeiçoamento das demais atividades docentes (captação de recursos, editoria, divulgação científica, extensão universitária etc.); i) planejamento de gestão de periódicos e de coleções de publicações; j) curadoria de coleções científicas, arquivos e acervos de diferente natureza; k) formas de monitoramento e atualização dos dados produzidos sobre o próprio programa.
10. Relação entre programa, instituição e contexto social de inserção: a) participação do programa em projetos, conselhos e comissões institucionais; b) vinculação do planejamento estratégico do PDI ao da instituição; c) estratégias de inserção nos âmbitos

local, e/ou regional, e/ou nacional, e/ou internacional, de acordo com o perfil definido para o programa; d) processos seletivos diferenciados e ações afirmativas.

11. Definição de processos e procedimentos para instauração de práticas de autoavaliação: a) preparação de modelo que seja adequado à proposta e objetivos do PPG, envolvendo docentes, discentes, e funcionários técnico-administrativos, definindo claramente seus objetivos; b) estratégias, métodos (que técnicas e instrumentos serão utilizados, as formas de tratamento de coleta de dados), e equipe de realização da autoavaliação;; c) cronograma e periodicidade de sua realização; d) incorporação de interlocutores externos ao programa como parte do processo de autoavaliação (debatedores, mediadores, comentadores etc.); e) relação entre os processos de autoavaliação do programa e os da instituição.
12. Processos de disseminação de resultados: a) as formas pelas quais os resultados do processo de autoavaliação serão disseminados no âmbito do programa, da instituição, do seu âmbito de atuação e da área disciplinar; b) formas de divulgação mais ampla dos dados produzidos.

Para o item (II), **Formação** estabeleceu-se que a área considerará um fator de correção no caso de licença maternidade, licença de adoção e outras formas de afastamento temporário em função de casos de saúde de discentes e docentes seguindo a legislação em vigor e as normas da CAPES. Considerou-se que a área deverá avaliar:

1. Elementos para avaliação da qualidade das dissertações e teses: a) aderência e distribuição dos temas das dissertações e teses com áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos do programa; b) diversidade institucional na composição das bancas de defesa; c) dissertações e teses premiadas por associações científicas, agências de governo ou pela própria instituição; d) realização de bolsas sanduíche, co-tutela ou formas equivalentes.
2. Eficiência do PPG na formação de mestres e doutores: a) percentual de titulados no ano base em relação ao número de ingressantes do ano; b) tempo médio de conclusão/defesa de dissertações e teses; c) tempo mediano de titulação.
3. Volume da produção discente e egressos: a) produção média ponderada de discentes e egressos (últimos 5 anos) de acordo com o Qualis Periódicos e com os roteiros de classificação de livros, de produtos audiovisuais e de produtos técnicos, dividida pelo número de discentes b) produção média ponderada de docentes permanentes com discentes/egressos (artigos, resenhas, livros, capítulos, produções audiovisuais e produtos técnicos); c) produção média de discentes e egressos de trabalhos completos e resumos relacionados aos trabalhos acadêmicos publicados em anais de congressos no período, dividida pelo número de discentes. Obs: Os PPGs profissionais deverão informar a proporção de trabalhos finais apresentados em formatos diferentes de dissertações e teses.
4. Distribuição da produção discente e de egressos: a) proporção entre o número de discentes-autores de produtos bibliográficos, audiovisuais e técnicos e o número de discentes ativos; b) proporção entre egressos-autores em relação ao número total dos titulados no quadriênio. Obs: São considerados egressos os titulados no período de até cinco anos após a titulação.

5. Estratégias de acompanhamento de egressos: a) proporção do total de egressos (últimos 5 anos após a titulação) e o percentual de egressos que o PPG tem informação sobre o destino e atuação profissional; b) instrumentos de registro e vinculação de egressos desenvolvidos no quadriênio.
6. Atuação dos egressos em: a) relação entre formação recebida e o destino e atuação; b) atuação em ensino superior, básico, ou técnico e tecnológico; c) atuação em institutos de pesquisa; b) atuação em gestão pública; c) atuação de terceiro setor e d) atuação na iniciativa privada.
7. Qualidade das atividades de pesquisa: a) percentual de docentes que coordenam e/ou participam de projetos financiados; b) equilíbrio da distribuição dos projetos às áreas de concentração e linhas de pesquisa propostas; c) distribuição dos projetos pelos docentes; d) percentual de envolvimento de discentes nos projetos de pesquisa.
8. Produção bibliográfica e audiovisual: a) Produção total ponderada (artigos, livros e produtos audiovisuais) em relação ao número de docentes permanentes; b) Produção bibliográfica e audiovisual dos docentes permanentes ponderada (artigos, livros e produtos audiovisuais) em relação ao número de docentes permanentes; c) produção qualificada em estratos superiores de periódicos (A1 a A4) ponderadas em relação ao número de docentes permanentes; d) amostra de até quatro (4) livros ou capítulos de livros qualificados em estratos superiores (L1 a L2) em relação ao número de docentes permanentes; e) amostra de até quatro (4) produtos audiovisuais qualificados em estratos superiores (A1 a A2) em relação ao número de docentes permanentes que produziram audiovisuais; d) Grau de concentração da produção total (de periódicos, livros e audiovisual) entre professores permanentes do programa.
9. A produção audiovisual é facultativa aos programas e será avaliada de acordo com os parâmetros gerados pelo GT Produção Qualis Artístico e Classificação de Eventos.
10. Produção técnica: a) produção total ponderada pelo número total de docentes; b) produção total ponderada pelo número total de docentes permanentes; c) produções qualificadas em estratos superiores (T1, T2) do programa em relação ao número de docentes permanentes;; d) distribuição do número absoluto de produções entre os membros do corpo docente permanente; e) distribuição do número absoluto de produções entre os membros do corpo docente permanente; f) grau de concentração da produção entre professores permanentes do programa. A produção técnica para os Programas Profissionais terá peso superior a produção bibliográfica.
11. Atividades de Formação: a) média das disciplinas na pós-graduação oferecidas no programa por docente permanente; b) distribuição de disciplinas oferecidas entre o corpo docente permanente; c) média das disciplinas ofertadas pelos docentes permanentes na graduação; d) proporção de disciplinas oferecidas por docentes permanentes em conjunto com bolsistas de pós-doutorado supervisionados em relação ao conjunto de disciplinas totais do programa no período de avaliação; e) proporção de disciplinas oferecidas por docentes permanentes em conjunto com não bolsistas de pós-doutorado supervisionados em relação ao conjunto de disciplinas totais do programa no período de avaliação. Nos PPGs localizados em unidades sem vinculação direta com a graduação, o item “c” não será avaliado.

12. Atividades de Orientação e Supervisão: a) distribuição equilibrada de orientações entre os docentes permanentes; b) percentual de docentes colaboradores com orientação no período de avaliação em relação ao total de docentes colaboradores; c) percentual de docentes permanentes com atividades de orientação em nível de graduação (Orientação de TCC, Iniciação Científica); d) percentual de docentes permanentes envolvidos em atividades de extensão d) número de teses e dissertações defendidas em média pelo número de docentes permanentes; e) número médio de pós-doutorandos supervisionados por docente permanente no período de avaliação; número médio de bolsistas pós-doutorandos supervisionados por docente permanente no período de avaliação; f) número médio de pós-doutorandos supervisionados por docente permanente no período de avaliação; g) número médio de não bolsistas pós-doutorandos supervisionados por docente permanente no período de avaliação.

A área recomenda como tempo médio de titulação para discentes bolsistas 30 meses (mestrado) e 54 meses (doutorado).

A área recomenda um número máximo de 12 orientandos por docente permanente.

Quanto ao item (III) da ficha, **Impacto na Sociedade**, a área considerou que devem ser parâmetros para a avaliação:

1. Formas de reconhecimento do caráter inovador da produção intelectual do PPG: a) formação das linhas estruturantes de pesquisa das áreas de antropologia e arqueologia no Brasil; b) nucleação de linhas, grupos, centros e redes de pesquisa e cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior; c) nucleação de linhas, grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação por docentes e egressos do PPG em outras áreas disciplinares ou multidisciplinares no Brasil e no exterior; d) participação de docentes e egressos em cargos de direção e conselhos em sociedades científicas nacionais e internacionais; e)) prêmios, medalhas e comendas a integrantes do corpo docente do programa; g) prêmios atribuídos a produções do PPG (teses, dissertações, livros, artigos, filmes, exposições etc.) por organizações públicas ou privadas; h) editorias e manutenção de periódicos científicos qualificados em regime *open access*;
2. Impacto científico da produção bibliográfica: Avaliação das 10 melhores produções por programa, e das 4 melhores de cada docente nas categorias bibliográfica ou audiovisual considerando os efeitos científicos e sociais dos conhecimentos veiculados e a exogenia da publicação.
3. Atividades de transferência de conhecimentos gerados a partir da atividade de produção intelectual do PPG: a) cursos de extensão universitária e/ou capacitação ofertados por docentes e discentes do PPG; b) produção de material didático escrito ou audiovisual elaborado por docentes e discentes do PPG; c) convênios, acordos de cooperação ou outras; d) iniciativas para capacitação de profissionais da Educação Básica e de outras agências dos setores públicos e de organizações da sociedade civil; e) cursos de especialização para segmentos profissionais específicos; f) relatórios de trabalhos de intervenção em contextos específicos de atuação profissional; g) relatórios periciais destinados a diversas instâncias judiciais e administrativas; h) organização de

- eventos de difusão de conhecimentos aplicados; i) editorias e manutenção de periódicos técnicos qualificados em regime *open access*; j) desenvolvimento de produtos de cunho normativo ou instrumental para a gestão pública ou institucional; k) aplicativos e softwares específicos para a área; l) construção e manutenção de sites de difusão científica e/ou intervenção técnica; m) produção de mídias (cds, DVDs, vídeos educativos etc.); n) programas de rádio e TV, assim como matérias e colunas em periódicos de grande circulação da grande imprensa; o) curadoria de coleções antropológicas e arqueológicas; p) organização de exposições e mostras; q) elaboração de Relatórios de Impacto Ambiental; r) vistorias e perícias técnicas; s) projetos de educação patrimonial; t) produção técnica e desempenho de funções de gestão pública; u) participação em comitês (nacionais e internacionais) ligados ao patrimônio cultural e genético e em conselhos de participação popular; v) elaboração de dossiês patrimoniais (como os para o INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais); w) criação de protocolos de pesquisa e acesso ao patrimônio histórico e arqueológico; x) construção de sistemas de georreferenciamento do patrimônio arqueológico; y) prêmios, medalhas e comendas atribuídos por organizações públicas e do terceiro setor a docentes, egressos e discentes do programa pela sua atuação técnica.
4. Impacto e relevância econômica e social da produção técnica do programa: Avaliação das dez (10) melhores produções técnicas qualificadas em estratos superiores (T1; T2) por programa, e até quatro (4) melhores de cada docente permanente nas categorias técnica considerando os efeitos sociais e culturais dos conhecimentos.
 5. Visibilidade do programa: a) atividades e/ou projetos de divulgação científica; b) ações de difusão científica ; c) existência e qualidade de página web do PPG com informações atualizadas em três línguas; d) existência de página web e redes sociais de laboratórios, núcleos e institutos de pesquisa vinculados ao PPG com funções de ampla disseminação de conhecimentos; e) séries de seminários, palestras e debates científicos regulares abertos a comunidade em geral; f) oferta de publicações não periódicas em regime *open access*; g) garantia de amplo acesso a dissertações e teses on-line.
 6. Internacionalização: a) publicação de artigos em periódicos, em livros e capítulos de livros publicados em outros países, incluindo-se aí edições revistas (e em geral traduzidas) de livros primeiramente publicados no Brasil; b) apresentação de produtos audiovisuais em espaços internacionais; c) realização de pesquisas de campo (etnográficas, arqueológicas e bioantropológicas) por docentes permanentes e discentes em contextos nacionais estrangeiros; d) coprodução de pesquisas e co-publicações com pesquisadores de outras regiões do mundo; e) publicações qualificadas com inserção internacional e em periódicos internacionais; f) convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior; g) programas institucionais de cooperação internacional envolvendo estratégias bi ou multilaterais de mobilidade para fins de pesquisa e possibilidades de comparação; h) realização de pesquisas realizadas por discentes brasileiros nos mais diversos continentes; i) estágios de formação pós-doutoral no exterior; j) orientação de Doutorados sanduíches no exterior e supervisão de Doutorados completos no exterior; l) orientação e defesa de teses desenvolvidas

em cotutela e com dupla titulação entre instituições nacionais e estrangeiras; m) participação em mesas-redondas, organização de grupos de trabalho e grupos de pesquisa em eventos científicos internacionais de grande relevância para a Área de acordo com a aplicação pela área dos princípios do produto do GT Qualis Artístico e Qualificação de Eventos cancelado pela CAPES; n) prêmios internacionais (com láurea e/ou como participação em júris internacionais); o) consultorias a organismos internacionais; p) participação em comitês editoriais e como pareceristas de periódicos internacionais; q) articulação em redes internacionais de pesquisa com publicação de resultados; r) participações em corpos diretivos de comitês em associações científicas internacionais de grande relevância para a Área; s) oferta de cursos e colaboração em atividades de ensino em instituições de reconhecido nível de excelência no exterior; t) obtenção de bolsas de pesquisa ou financiamento de agências internacionais; u) estudantes estrangeiros presentes no PPG seja como mestrandos, doutorandos ou pós-doutorandos.

Os itens 3 e 4 só poderão ser melhor definidos a partir dos resultados do GT Impacto e Inovação e GT Transferência do Conhecimento.

Sugestões à CAPES para o melhoramento da ficha de avaliação e demandas de estudos para uma avaliação mais condizente:

Analisando a ficha, a área julgou que:

- 1) há uma discrepância entre o proposto pelo GT Autoavaliação, que sinaliza para que a avaliação da CAPES, ao menos neste quadriênio, recairia apenas sobre o planejamento de políticas institucionais de autoavaliação e não sobre seus resultados como está no item 1.4 da ficha (“Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual”). A área considerou precipitada e contra a sempre repetida ideia de que não mudar subitamente a lógica do processo, como dito inúmeras vezes pela Diretoria de Avaliação. Num balanço feito pela área, apenas uma universidade – a UFRN – apresenta processos próximos aos demandados pela CAPES, ao menos estendidos a todas as áreas, e mesmo a UFRGS, que em geral apresenta tais possibilidades, as têm em nível mais restrito a certos cursos e mais focados em preenchimento de questionários. Isso vai de encontro ao fato, já mencionado, de que processos de planejamento institucional são incipientes. Assim, com vistas a uma implantação consistente dos processos de planejamento e autoavaliação, que foram valorizados positivos e como um futuro importante para uma plena implantação de uma abordagem multidimensional, a área recomenda que este item seja revisto e focado no que o GT recomendou;
- 2) há uma relativa superposição entre os itens 2.5 e 3.1 da ficha, ao menos e na medida em que de fato os conteúdos possíveis de avaliação de impacto na sociedade não estão sequer definidos para a CAPES. Assim, apesar de terem sido pensados indicadores, a área recomenda que – como parecia ser o planejamento inicial – isso seja melhor definido e plenamente implantado par o próximo quadriênio e que se considere os

- impactos propriamente científicos sobre a sociedade como essenciais. Desta forma, seria possível melhor pensar nos parâmetros e indicadores para estes dois itens;
- 3) é vital que a Plataforma Sucupira seja aberta para correções (sinalizamos um problema que será comunicado via ofício pois afeta dados de TMT de toda a área), ou que se encontre mecanismos para que estas correções figurem no relatório do último ano do quadriênio;
 - 4) a DAV/CAPES considere que manteremos essencialmente a mesma ficha, com os mesmos indicadores, ainda que com ênfases em matéria de pesos que serão definidas e enviadas sob a forma de duas fichas distintas adiante, dado o caráter do único curso profissional da área, voltado para a formação de professores em que temas relativos à sociodiversidade brasileira;
 - 5) fosse dado acesso a cada um dos coordenadores aos dados de seus programas no SIAPG, o que esta coordenação, contando com o auxílio imprescindível da DAV/CAPES, espera fazer nos próximos meses;
 - 6) a coordenação de área busque apoio da DVA para ver as possibilidades de tratamento diferenciado – ao nível de métricas – para cursos com notas 3 e 4 considerando seu perfil de forte inserção local e regional, bem como para considerar a realidade de cursos de implantação após o REUNI;
 - 7) a consideração, no tocante à avaliação da eficiência dos PPGs na formação de mestres e doutores, especialmente em matéria de TMT, da diferença entre bolsistas e não bolsistas;
 - 8) sejam gerados dados específicos para antropologia e arqueologia, mesmo no tocante a programas que tenham as duas como áreas de concentração, de modo a que se possa proceder a um estudo mais aprofundado do perfil da formação em arqueologia, sobretudo;
 - 9) a CAPES pense em formas efetivas de dar suporte às Pró-Reitorias das Universidades, em diálogo com as coordenações de área, para repasse de metodologias de planejamento institucional e autoavaliação;
 - 10) se informe os meios possíveis de se compor quadros sobre a distribuição regional de programas 6 e 7, em especial os das áreas das Humanidades, bem como de bolsistas de produtividade em pesquisa.

Orientações e recomendações para os PPGs das áreas

Orientações e recomendações

O seminário de meio termo foi considerado essencial pela possibilidade de troca direta de informações e esclarecimentos, assim como para que se tivesse uma visão geral, ainda que muito precária, da área no biênio de 2017-2018, em meio a um contexto de transição muito mais profunda que tem sido considerado.

Assim, a coordenação de área recomendou que:

- 1) Se crie em cada PPG da área comissões encarregadas de acompanhar todo o processo de preenchimento de dados na Plataforma Sucupira e que essa tarefa seja assumida como tarefa coletiva e não meramente da responsabilidade da coordenação vigente em cada programa no momento;
- 2) Tais comissões atuem com conhecimento dos documentos de Área, orientador de APCN, do documento de Qualis Referência Provisório e deste Relatório, estando assim de posse das balizas vigentes em cada período avaliativo, como forma de estabelecer a continuidade entre gestões, de dialogar com comissões de planejamento e autoavaliação, considerando que cada PPG deverá encontrar suas formas de dar conta dessas 3 dimensões (planejamento, autoavaliação, e registro e correção dos dados na Plataforma Sucupira);
- 3) Estando a Plataforma aberta durante todo o ano, a alimentação de dados básicos seja feita o mais *pari passu* possível ao longo do ano, de acordo com as limitações administrativas de cada instituição;
- 4) Se evite utilizar o mecanismo de importação dos CVs Lattes da base do CNPq, até o momento extremamente distorsivos, para a Plataforma Sucupira e que, os programas elaborem formulários a partir dos campos reais de preenchimento da Plataforma Sucupira, que sejam completados por docentes e discentes e lançados a partir disso na Plataforma;
- 5) Os dados inseridos na Plataforma sejam conferidos cuidadosamente por cada um dos responsáveis por seu fornecimento;
- 6) Os coordenadores busquem apoio nas pró-reitorias de suas universidades quanto à capacitação institucional para a gestão acadêmica, em especial no que envolve todo o processo de planejamento e avaliação da pós-graduação;
- 7) Os dados informados no momento do seminário de meio termo, bem como este relatório, sejam lidos e debatidos em cada PPG pela integralidade de seus corpos docentes e discentes e que se procure rever erros de preenchimento e informação, bem como refletir sobre as possibilidades de melhoria desde registros a desempenhos;

- 8) Cada programa busque definir com a máxima urgência aquele que entende que é seu patamar de excelência assim como sua escala (local, regional, nacional, internacional) privilegiada de atuação, de modo a que se reveja a própria auto-imagem institucional do PPG, à luz de sua trajetória, do momento histórico que atravessa, e das mudanças no processo avaliativo da pós-graduação;
- 9) Que os e-mails enviados e documentos remetidos sejam objeto de leitura e reflexão por parte de comissões responsáveis pela gestão e acompanhamento conjunto com as coordenações de cursos, dos PPGs, de sua relação com as pró-reitorias de suas universidades, com a coordenação de área e com a CAPES;
- 10) A coordenação se compromete a gravar em vídeo uma palestra sobre as alterações no processo de avaliação da pós-graduação e de constituição do SNPGE, bem como da revisão do processo avaliativo, solicitando que exposições mais didáticas, como a feita pela Diretora de Avaliação na abertura do seminário de Meio termo sejam disponibilizadas no canal TV CAPES no Youtube;
- 11) Tais exposições sejam assistidas e sirvam de subsídio ao planejamento institucional e à autoavaliação;
- 12) Fosse estabelecida pelo Fórum de Coordenadores de PPGs da área uma comissão de cunho executivo para atuar juntamente à coordenação de área, maximizando a agilidade do trabalho nas rotinas relativas ao trabalho desta junto à CAPES;
- 13) Os indicados para comporem comissões de avaliação de produtos bibliográficos sob a forma de livros e capítulos de livros, produtos técnicos e tecnológicos, e audiovisuais fossem consultados sobre sua disponibilidade para efetivamente participarem destes trabalhos;
- 14) As coordenações comecem a escanear livros e capítulos de livros, produtos técnicos, juntamente com os audiovisuais em formatos de fácil manuseio que serão indicados como melhores produções por cada programa para fins de avaliação-para oportunamente, quando estes recursos estiverem disponibilizados pela CAPES na Plataforma Sucupira, serem enviados para a CAPES para fins de sua avaliação;
- 15) Estejam todos atentos pois há ainda muita coisa por definir e que é necessário que haja uma melhor comunicação e diálogo intra Fórum, destacando-se a importância do debate específico de cada sub-área.

Demanda de visitas técnicas

Vários programas solicitaram a visita técnica dos coordenadores de área tendo sido definida a seguinte lista de prioridades de agendamento. Alguns se manifestaram que a atividade ocorrerá com recursos próprios:

- Antropologia Social – UFAL;
- Antropologia Social – UFG;
- Antropologia Social – UFMS;
- Antropologia – UFGD;
- Antropologia – UFPI;
- Antropologia – UFPR;

Relatório do Seminário de Meio Termo

- Arqueologia – UFPI;
- Cartografia Social e Política da Amazônia - UEMA;
- Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas – UPE.



CAPES

